

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

IDEOLOGIA POLÍTICA E SUA RELEVÂNCIA PARA OS DEPUTADOS
FEDERAIS BRASILEIROS

Uma comparação entre o que é declarado e o que pode ser verificado

RODRIGO JÚNIO DE SOUSA MOREIRA

Belo Horizonte
2017

Rodrigo Júnio de Sousa Moreira

IDEOLOGIA POLÍTICA E SUA RELEVÂNCIA PARA OS DEPUTADOS
FEDERAIS BRASILEIROS

Uma comparação entre o que é declarado e o que pode ser verificado

Monografia apresentada ao Curso de
Gestão Pública da Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal
de Minas Gerais, como requisito parcial
para obtenção de título de Bacharel em
Gestão Pública.

Orientador: Prof. Carlos Ranulfo Felix de
Melo

Belo Horizonte

2017

Rodrigo Júnio de Sousa Moreira

IDEOLOGIA POLÍTICA E SUA RELEVÂNCIA PARA OS DEPUTADOS
FEDERAIS BRASILEIROS

Uma comparação entre o que é declarado e o que pode ser verificado

Monografia apresentada ao Curso de
Gestão Pública da Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal
de Minas Gerais, como requisito parcial
para obtenção de título de Bacharel em
Gestão Pública.

Banca Examinadora:

Orientador: Carlos Ranulfo Felix de Melo
Departamento de Ciência Política
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Departamento de Ciência Política
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2017.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de todos, ao Ser Supremo por ter colocado a mim nesse caminho, em que conheci pessoas incríveis e passei por situações que me transformaram (acho eu!) em alguém melhor. Agradeço à minha querida e finada Mãe, por sempre ter incentivado minha curiosidade. À minha esposa Andrea, aquela que está ao meu lado, seja nos meus bons momentos, ou nos meus momentos não tão bons assim. Agradeço aos meus amigos pelo apoio e os colegas de curso pelas trocas de experiência nesses anos. À instituição UFMG, nas figuras de seus professores, funcionários e colaboradores, que abriu suas portas para mim com tamanha boa vontade. Mas um agradecimento especial devo fazer ao meu orientador, o professor Carlos Ranulfo de Melo, pois apesar do pouco tempo de convívio, nesse tempo mostrou-se paciente com meus atrasos e falhas e construtivo em suas críticas, o que foi fundamental para essa monografia. A responsabilidade desse trabalho é inteiramente minha, mas se alguém o considerar um *bom trabalho*, o *bom* é de inteira responsabilidade de meu orientador!

RESUMO

Ao contrário do que alguns cientistas políticos argumentam, a diáde esquerda-direita continua viva na política, apesar de terem ocorrido mudanças em relação ao que separa esquerda de direita, com o passar dos anos. Outra coisa que mudou com o tempo foi a força que a ideologia política tem para influenciar os agentes políticos – alguns autores entendem que essa influência vem diminuindo consideravelmente. No caso brasileiro, onde o sistema político sofreu muitas interrupções desde o período imperial, a capacidade de influenciar decisões políticas é ainda menor. Isto posto, será que ao menos existe coerência ideológica entre o que declara um político, e suas opiniões sobre temas que dividem esquerda e direita? Dessa pergunta deriva o objetivo geral dessa monografia, que é investigar se as posições autodeclaradas dos deputados federais brasileiros, no espectro ideológico, são compatíveis com suas posições verificadas, relativas a três disjuntivas que, conforme analisado, separam esquerda e direita no Brasil. Para tanto foi utilizada pesquisa feita no ano de 2014 com 121 parlamentares, pesquisa essa conduzida pelo Centro de Estudos do Legislativo do Departamento de Ciência Política da UFMG e que faz parte do Projeto Elites Latino Americanas (PELA) da Universidade de Salamanca (Espanha). Os resultados indicam que, primeiro, os deputados federais brasileiros têm, de forma mais ou menos clara, os conceitos de esquerda e direita, contudo esses conceitos podem melhor entendidos pelos deputados; e segundo que, no cômputo geral, as opiniões dos parlamentares são coerentes com suas posições ideológicas autodeclaradas, ainda que com alguma ressalva.

Palavras-chave: Ideologia política; esquerda; direita; Câmara dos Deputados; coerência ideológica.

ABSTRACT

Instead what some political scientists argue, the dyad left-right still lives in politics, despite changes have occurred about what separates left from right, over the years. Another thing changed was the strength that political views has to influence the political agents - some authors understand that this influence has been decreasing considerably. In the Brazilian case, where the political system has suffered many interruptions since the imperial period, the capacity to influence political decisions is even smaller. That said, does exist at least ideological coherence between what a politician declares, and his opinion about themes that divide left and right? From this question derives the general objective of this monograph, which is to investigate if the self-declared positions of the Brazilian federal deputies, in the ideological spectrum, are compatible with their verified positions, regarding three disjunctives that, as analyzed, separate left and right in Brazil. For this purpose, a research study was carried out in 2014 with 121 parliamentarians, conducted by the Center for Legislative Studies of the Department of Political Science of UFMG and part of the Latin American Elites Project (PELA) of the University of Salamanca (Spain). The results indicate that, first, Brazilian federal deputies have, more or less clearly, the concepts of left and right, but these concepts can be better understood by the deputies; and secondly that, on the whole, the opinions of parliamentarians are consistent with their self-declared ideological positions, although with some caveat.

Keywords: political ideology; left; right; Chamber of Deputies; ideological coherence.

SUMÁRIO

1-Introdução.....	08
2- Revisão da literatura.....	10
2.1- Surgimento e evolução da dicotomia esquerda-direita.....	10
2.2- O que separa esquerda e direita.....	12
2.3- O sistema partidário brasileiro.....	16
3- Metodologia e objetivos.....	19
4- Análise descritiva dos dados.....	24
4.1 – Explicação dos dados.....	24
4.2 – Controle de qualidade.....	25
4.3 – Apresentação dos dados.....	28
4.4- Cruzamento dos dados.....	32
4.4.1- Variável de referência: posição autodeclarada do deputado.....	32
4.4.2- Posição verificada por partidos e dados das disjuntivas cruzados entre si.....	39
5- Conclusão.....	44
6- Referências bibliográficas.....	49
7- Anexos.....	50
7.1- Perguntas utilizadas e respostas agregadas.....	50
7.2- Gráficos pizza (questão 18 e variáveis).....	55
7.3- Tabelas gerais.....	63

1- INTRODUÇÃO

Na obra “Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política”, de 1995, Norberto Bobbio procura mostrar que a diáde esquerda-direita continua a existir e influenciar nas decisões dos agentes políticos. E ele o faz com muita desenvoltura, demonstrando que os argumentos utilizados por aqueles que acreditam que a ideologia política ficou de tal forma turva que não se pode separar um lado de outro não vão ao cerne da questão, e que o que ocorreu de fato foi uma mudança nos conceitos de direita e esquerda com o passar do tempo, mas que essa diáde permanece, apesar das mudanças.

Bobbio está correto (no meu modo de ver) ao dizer que a ideologia política ainda existe de forma clara e influencia os atores políticos, mas que influência é essa? Será que ela permanece a mesma de antes, ou sofreu alguma alteração (assim como aconteceu com os conceitos de direita e esquerda)? Autores como Melo (2000) e Zucco JR. (2011) verificam que, pelo menos em se tratando do sistema político-partidário brasileiro, a ideologia política vem perdendo força para se explicar o comportamento dos nossos políticos. Ou seja, os atores políticos brasileiros continuam a reconhecer e identificar sua posição no espectro ideológico esquerda-direita, porém essa sua posição no espectro ideológico tem pouca relevância pragmática, e essa relevância (já parca) vem diminuindo. Do ponto de vista do gestor público, que lida diretamente com os impactos causados por leis criadas e/ou modificadas pelos representantes eleitos pelo povo, saber quais são as preferências ideológicas desses representantes (efetivas e declaradas), se as preferências efetivas (aquelas verificadas empiricamente) correspondem às preferências declaradas pelos representantes, e se essas preferências têm forte ou fraca influência nas decisões tomadas por esses representantes significa elevar consideravelmente a possibilidade de antever quais tipos de políticas públicas têm mais chances de serem continuadas e/ou descontinuadas.

Feita essa reflexão, cabe uma pergunta: será que a posição no espectro ideológico que os agentes políticos brasileiros declaram corresponde ao que é verificado na prática? Desse questionamento mais geral deriva minha pergunta de pesquisa: “Analisando pesquisa feita com os deputados federais brasileiros em 2014, a posição autodeclarada no espectro ideológico pelo deputado é coerente com suas opiniões em questões nas quais a literatura associa à esquerda ou à direita?”. Para responder a essa

pergunta, serão utilizados os dados obtidos com o *survey* conduzido pelo Centro de Estudos Legislativos (CEL) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) junto aos deputados brasileiros no ano de 2014, que por sua vez faz parte do Projeto Elites Parlamentares Latinoamericanas (PELA), de responsabilidade da Universidade de Salamanca (Espanha). Para tanto serão utilizadas as perguntas cuja clivagem seja a díade esquerda-direita, além daquela no qual o deputado responde em qual posição, dentro do espectro ideológico, ele se posiciona. Tendo em mente a necessidade de entender as peculiaridades do sistema político brasileiro antes de responder àquela pergunta, minha intenção é primeiro identificar, na literatura, as dimensões que opõem esquerda e direita no Brasil, para depois relacionar as perguntas do questionário citado acima que se encaixam nessas dimensões e, assim, verificar a posição do parlamentar no espectro ideológico e compará-la com a posição declarada por esse parlamentar. Isto posto, meu objetivo geral fica claro: analisar a congruência (ou incongruência) que existe entre a posição autodeclarada do parlamentar dentro do espectro ideológico e a posição verificada empiricamente.

Conforme descrito com mais detalhes na próxima seção deste trabalho, as dimensões identificadas, na literatura, como sendo as que separam esquerda e direita na política brasileira são três: disjuntiva Estado-mercado (ou, para facilitar a leitura, simplesmente disjuntiva EM); disjuntiva liberalismo-conservadorismo políticos (ou disjuntiva LC); e disjuntiva partidarismo-individualismo (disjuntiva PI). Resumidamente, é possível dizer que na disjuntiva EM, adeptos da esquerda preferem uma economia pró-Estado (o que não significa que a esquerda brasileira queira uma economia 100% estatal, conforme Zucco JR, 2011) e os de direita são mais pró-mercado; na disjuntiva LC, o liberalismo se encontra à esquerda e o conservadorismo à direita; enquanto que na disjuntiva PI, membros da esquerda tendem a ser mais partidaristas, e membros da direita tendem a ser mais individualistas. Minha hipótese, então, é que conforme verificado na literatura, os parlamentares brasileiros que se declaram à esquerda no espectro político são estatistas, liberais politicamente e suas ações enquanto deputados tendem a ser mais partidaristas, ao passo que os parlamentares que se colocam à direita são pró-mercado, conservadores no sentido político e suas ações como deputados tendem a ser mais individualistas (ou seja, há congruência entre a posição autodeclarada e a verificada empiricamente).

Este trabalho se divide em sete partes: introdução, revisão da literatura, metodologia e objetivos, análise descritiva dos dados, conclusão, referências bibliográficas e, por fim, anexos. Após essa introdução, na segunda parte faço uma revisão da literatura, primeiro descrevendo a evolução da dicotomia esquerda-direita, depois verificando o que separa direita e esquerda para, na penúltima parte, contextualizar o sistema partidário brasileiro, com suas idas e vindas. Na terceira parte, defino a metodologia a ser usada para chegar aos meus objetivos (geral e específicos) nesse trabalho. Na quarta parte me dedico a fazer as análises descritivas dos dados, primeiro explicando os dados, depois os apresentando e por fim cruzando esses dados de forma a testar a minha hipótese. Na quinta parte faço um resumo dos resultados obtidos e uma conclusão geral do trabalho. Na sexta parte relaciono os autores e textos que serviram de referência. Por último, trago os anexos, divididos em três subseções: na primeira, as perguntas do *survey* que foram utilizadas e tabelas resumindo os dados dessas perguntas; na segunda subseção, gráficos *pizza* resumindo algumas perguntas e variáveis criadas; e na terceira e última subseção relaciono oito tabelas gerais com todos os dados usados, sendo que quatro primeiras tabelas gerais trazem as perguntas escolhidas e as respostas de cada um dos deputados para essas perguntas, e as outras quatro tabelas gerais trazem todos os dados referentes às variáveis criadas para atingir meus objetivos, também separados por parlamentar.

2- REVISÃO DA LITERATURA

2.1- Surgimento e evolução da dicotomia esquerda-direita

Bobbio (1995) e Madeira e Tarouco (2013) nos informam que os conceitos de direita e de esquerda remontam ao tempo da Revolução Francesa (reunião dos Estados Gerais, no fim do século XVIII): os delegados que se identificavam com o igualitarismo e com as questões sociais se sentavam à esquerda do rei, enquanto que aqueles delegados que eram identificados com a aristocracia e com o conservadorismo se sentavam à direita. Ainda segundo Madeira e Tarouco, “A distinção original entre defesa da ordem ou da mudança correspondia a uma disposição espacial e ao longo do século XIX na Europa a distinção entre esquerda e direita passa a ser associada com a distinção entre liberalismo e conservadorismo.” (MADEIRA; TAROUCO, 2013. Página 151).

Também no século XIX começa a difusão, na Europa, da perspectiva marxista e se expande o movimento operário, levando a esquerda a defender os interesses dos proletários. Por outro lado, os debates ocorridos, no final do século XIX, a respeito da social-democracia e a revolução russa de 1917 (início do século XX) levam a burguesia, defensora do capitalismo, para a direita. Na década de 1930 emerge uma nova teoria econômica, o keynesianismo, que defende um Estado forte e interventor na economia de forma a melhor distribuir os recursos entre a população (política redistributiva), sendo a base teórica para o surgimento, posteriormente, dos Estados de Bem-estar Social. Pode-se dizer, então, que o keynesianismo tornou mais nítida a oposição existente entre mercado livre e Estado interventor, o que deslocou o liberalismo para a direita (MADEIRA; TAROUÇO, 2013).

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a Europa em ruínas e o nível de investimento privado muito limitado, a escola keynesiana ganha força e vários Estados europeus passam a desenvolver o seu Estado de Bem-estar Social. O *Welfare State* esteve em alta por três décadas (entre meados da década de 1940 e meados da década de 1970), mas a crise fiscal no final da década de 1970 fez com que vários países abandonassem a teoria keynesiana e adotassem uma nova escola econômica, o neoliberalismo, escola essa que surgiu após a Segunda Grande Guerra como oposição ao Estado de Bem-estar e toda forma de regulação ou intervenção estatal na economia.

Conforme nos diz Anderson (1995), o neoliberalismo nasce em 1944, com um texto de Friedrich Hayek chamado *O Caminho da Servidão*, em que seu autor ataca toda e qualquer intenção de limitar a autorregulação do mercado por parte do Estado, pois para Hayek essas intervenções estatais seriam “uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (ANDERSON, 1995. Página 1). Já em 1947, Hayek chamou vários pensadores que tinham a mesma orientação ideológica para uma reunião numa estação chamada de *Mont Pèlerin*, na Suíça. Nessa reunião foi fundada a Sociedade de *Mont Pèlerin*, uma sociedade neoliberal, muito bem organizada, e que voltava a se reunir a cada dois anos. Seus objetivos eram muito claros: combater o keynesianismo e qualquer outra forma de solidarismo, preparando o terreno para um capitalismo ainda mais duro e sem qualquer regra que possa limitá-lo. Já seu argumento principal foi resumido da seguinte forma por Anderson:

Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar,

destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. (ANDERSON, 1995).

Assim, quando a crise fiscal do final da década de 1970 passa a assolar os Estados de Bem-estar na Europa, os neoliberais apresentam o seu remédio. Porém, esse remédio era bem amargo: a estabilidade monetária deveria ser a principal meta do governo, sendo necessária uma disciplina orçamentária muito rígida e cortes dos gastos com o bem-estar social; fim do pleno emprego, de forma a criar uma taxa ‘natural’ de desemprego, retirando o poder das mãos dos sindicatos; reformas fiscais para incentivar os agentes econômicos, o que significava redistribuição de renda em favor dos ricos, gerando uma desigualdade saudável, na opinião de seus proponentes.

Foi necessário um tempo relativamente curto para que o modelo econômico neoliberal se tornar hegemônico nos países de capitalismo avançado. Já em 1979, Margaret Thatcher foi eleita Primeira Ministra britânica com o objetivo claro de implantar o modelo no Reino Unido. E o mesmo aconteceu nos EUA (Reagan eleito em 1980), na Alemanha (Khol, 1982), e na Dinamarca (Schluter, 1983), para citar alguns países. Com exceção de Suécia e Áustria, todos os outros países da OCDE elegeram governos neoliberais. Mas uma ressalva, feita por Anderson, deve ser aqui lembrada. Todos os objetivos imediatos defendidos pelos neoliberais (deflação, aumento dos lucros das empresas, aumento do desemprego e redução dos salários, aumento da desigualdade) tinham como objetivo maior a reanimação da economia, voltando ao patamar anterior à crise fiscal do final da década de 1970. Porém, se por um lado todos os objetivos imediatos dos neoliberais foram alcançados, por outro lado a reanimação da economia (objetivo principal) não foi atingida.

2.2- O que separa esquerda e direita

Talvez a principal disjuntiva que separa os partidários da esquerda e os da direita seja a disjuntiva Estado-mercado. Os partidários da esquerda defendem maior intervenção estatal na economia, para proteger o lado mais fraco nas relações econômicas, além de defenderem a ação direta do Estado para melhor distribuir as riquezas produzidas. Já os partidários da direita defendem que o Estado tenha o menor tamanho possível, tendo como referência o Estado utópico que limita-se a questões

básicas (por exemplo, segurança) mas que se exime de regulamentar a economia, visto que a autorregulação do mercado já é suficiente para se evitar crises. E se digo como referência é porque, após as sucessivas crises do sistema capitalista de 1929 em diante, a direita (ao menos, aquela parcela da direita menos ortodoxa) reconheceu a necessidade de alguma regulamentação por parte do Estado exatamente para se evitar tais crises do sistema, desde que a premissa básica de só se gastar aquilo que se arrecada não seja esquecida. Ou seja, enquanto movimentos e partidos de esquerda vão preferir políticas públicas redistributivas, os partidários da direita preferem ver o governo alcançando o ajuste fiscal (MADEIRA; TAROUCO, 2013).

Outra disjuntiva importante que separa esquerda e direita é em relação ao ideal de igualdade (BOBBIO, 1995). Segundo Bobbio, o conceito de igualdade não é absoluto, mas sim relativo a três variáveis: “a) os sujeitos entre os quais se trata de repartir os bens e os ônus; b) os bens e os ônus a serem repartidos; c) o critério com base no qual os repartir.” (BOBBIO, 1995. Página 96). Por sua vez, essas três variáveis podem ser resumidas na seguinte pergunta: “Igualdade sim, mas entre quem, em relação a que e com base em quais critérios?” (BOBBIO, 1995. Página 97). Para Bobbio, o sujeito igualitário parte do princípio de que a maioria de nossas desigualdades é socialmente construída e, portanto, passível de eliminação, enquanto que o não igualitário acredita que a grande maioria das desigualdades é natural e, conseqüentemente, não pode ou não deve ser eliminada. Como referência, Bobbio cita dois autores clássicos (Rousseau e Nietzsche) como exemplos dessas maneiras de se pensar igualdade e desigualdade. No *Discurso sobre a origem da desigualdade*, Rousseau argumenta que os homens nascem iguais, porém a sociedade, que se sobrepõe gradativamente ao estado de natureza por meio das artes, acaba por transformá-los em desiguais. Já para Nietzsche os homens nascem desiguais e é a sociedade, com sua moral e religião, que pode vir a torná-los iguais. Nas palavras de Bobbio, “a mesma corrupção que, para Rousseau, gerou a desigualdade, gerou para Nietzsche a igualdade.” (BOBBIO, 1995. Página 106).

Mas se no campo teórico é possível separar as disjuntivas Estado-mercado e igualdade-desigualdade, na prática essas disjuntivas caminham lado a lado, quando não se confundem. Para tornar uma sociedade mais igualitária, não há melhor ator senão o Estado; logo aquele que defende uma maior igualdade entre os homens vai desejar (ao menos, em princípio) uma maior intervenção do Estado na economia, colocando em

práticas políticas públicas redistributivas. Ao passo que o sujeito não igualitário vai preferir que seja alimentada uma desigualdade saudável na sociedade (ou entender que se a desigualdade é natural, então não deve ser impedida), logo este não vai ver com bons olhos uma intervenção estatal com objetivo de praticar políticas redistributivas. Destarte podemos colocar o igualitário no lado esquerdo, e colocar o não igualitário do lado direito do espectro ideológico, ao menos na grande maioria das vezes.

Podemos, então, afirmar que do lado esquerdo do espectro ideológico encontram-se aqueles que defendem maior participação do Estado nas relações econômicas e sociais, de forma a proteger a parcela mais frágil da população e buscam uma sociedade mais igualitária. E do lado direito podemos incluir aqueles que entendem que os homens não nasceram iguais e que a desigualdade é salutar (ou ‘natural’) para a nossa sociedade, logo o Estado deve intervir o mínimo possível nas relações sociais vigentes, já que a intervenção estatal tende a prejudicar mais que ajudar. Contudo, conforme ressaltam Madeira e Tarouco, as definições de direita e esquerda têm variado muito ao longo do tempo, e outras dimensões, para além da disjuntiva Estado-mercado, devem ser problematizadas. É o caso dos Verdes na Europa (como assinala Bobbio), que surgiram no bojo das questões pós-materialistas levantadas nos Estados em que o *Welfare State* conseguiu atender, ainda que minimamente, as disputas redistributivas. Os Verdes trouxeram à tona o problema ambiental, mas hoje praticamente todos os partidos, sejam de direita, de centro ou de esquerda, trazem, nos seus estatutos, a temática ecológica, logo não é possível separar direita e esquerda com relação a esse tema. Assim hoje temos os Verdes de esquerda e os Verdes de direita (BOBBIO, 1995).

Madeira e Tarouco também argumentam que os conceitos de direita e esquerda devem ser revistos não apenas por causa das mudanças que ocorreram no tempo, mas também por conta do contexto em que cada país (e seu respectivo sistema político) está inserido. No caso brasileiro, muito em função da experiência ditatorial anterior ao atual sistema partidário, alguns temas que, em países com longo histórico democrático, são defendidos somente pela esquerda (por exemplo, a defesa da democracia) ou somente pela direita (por exemplo, liberdade e constitucionalismo), são defendidos pela quase totalidade dos agentes políticos brasileiros. Por outro lado, disjuntivas que em outros países não têm relevância para se separar os agentes políticos entre os de direita e os de esquerda, no Brasil ganham importância. São os casos das disjuntivas liberalismo econômico *versus* liberalismo político e ação parlamentar mais partidária *versus* ação

parlamentar mais individualista. Em países de capitalismo desenvolvido, os chamados liberais (sejam políticos, sejam econômicos) estão no mesmo lado (o direito) do espectro ideológico (com exceção dos EUA, onde o termo em inglês *liberal* geralmente se refere aos adeptos da esquerda), enquanto que os partidos desses países têm longo lastro junto à população, o que os transformou em máquinas fortemente institucionalizadas e isso desestimula uma ação parlamentar mais individualista, independente de qual a posição que esse parlamentar ocupa no espectro ideológico. Mas aqui essas disjuntivas seguem rumos diferentes.

No Brasil, aqueles que se colocam como liberais no campo da economia se dividem amplamente no espectro ideológico levando em conta a dimensão política. No caso dos políticos brasileiros, alguns se destacam exatamente por serem liberais no campo econômico, mas conservadores do ponto de vista político. É o caso do deputado federal fluminense Jair Bolsonaro (PSC-RJ), que defende um tamanho menor do Estado e é contra a limitação da venda de armas de fogo (um liberal econômico), mas se coloca contra direitos de minorias políticas, como a união civil entre pessoas do mesmo sexo e a legalização do aborto, além de se colocar a favor de uma ampliação do poder de polícia do Estado, como é o caso da redução da maioria penal (um conservador político). Por outro lado, a maioria dos políticos que se consideram liberais na dimensão política têm uma opinião mais estatista na questão econômica, ainda que pesquisas venham indicando que, após a crise da concepção socialista de sociedade (consumada com o fim da URSS) e a retração do *Welfare State* na Europa, mesmo os políticos de esquerda estão, nos últimos anos, defendendo maior atuação do mercado, em parceria com o Estado, na formulação e implementação de políticas públicas, rejeitando assim uma economia 100% estatal, e este fenômeno não é apenas brasileiro, mas global (ZUCCO JR. 2011). Em outras palavras, no Brasil os políticos de direita são, em sua maioria, liberais na questão econômica e conservadores na política, ao passo que os políticos partidários da esquerda são (novamente, em sua maioria) estatistas na dimensão econômica (apesar da guinada para a direita nessa questão específica, nos últimos anos) e liberais na dimensão política.

Outro fato peculiar ao sistema partidário brasileiro é que, conforme pesquisas empíricas indicam (CÂMARA; MELO, 2012. / MELO, 2000; 2015.), os parlamentares brasileiros situados à esquerda do espectro político tendem a ter posições mais partidárias que individualistas no que tange a questões referentes ao sistema eleitoral e

na relação partido-parlamentar, enquanto que os parlamentares de centro e de direita tendem a ser mais individualistas nessas questões. Ou seja, enquanto espera-se maior lealdade partidária do político de esquerda, espera-se atitude mais particularista de um político de direita. Esse fenômeno pode ser explicado pelo fato de que, no Brasil, – apesar da pouca institucionalização e enraizamento dos partidos políticos brasileiros junto à população – as organizações partidárias de esquerda têm uma orientação programática bem mais forte que os partidos de direita, que teriam fins mais eleitorais. Assim o vínculo ideológico existente entre parlamentares e partidos de esquerda é mais robusto que o vínculo ideológico entre parlamentares e partidos de direita.

Dessa forma, como minha pesquisa trata do posicionamento ideológico dos líderes partidários brasileiros na Câmara dos Deputados, a contextualização da evolução do sistema partidário brasileiro torna-se imprescindível. E esse é o tema do próximo subtópico.

2.3- O sistema partidário brasileiro

Melo, em três artigos (2000; 2007; 2010), nos traz um resumo das idas e vindas do sistema partidário brasileiro. Durante o período monárquico, prevalecia um bipartidarismo e liberais e conservadores se alternavam no poder, numa espécie de revezamento. A rotatividade acontecia não porque as urnas assim diziam (até porque os resultados dessas eleições eram fabricados pelo partido no poder), mas sim porque o Imperador assim o definia: ele aproveitava as quedas do gabinete por falta de apoio parlamentar e nomeava algum membro da oposição, para formação de um novo governo. Com a proclamação da República (1889) ambos os partidos deixaram de existir, pois ambos eram monarquistas. Na Velha República (1889 a 1930), a constituição deu aos estados grande autonomia, o que impediu o desenvolvimento de um sistema partidário nacional e abriu caminho para os partidos únicos por estado (num desdobramento do que ficou conhecida como a ‘política dos governadores’), em que o governo central reconhecia as oligarquias vencedoras nos estados, desde que essas oligarquias respeitassem a racionalidade administrativa do plano federal.

Entre 1930 e 1937 os partidos únicos estaduais foram extintos, o que não significa que tenha se formado um sistema partidário nacional, pois a nova elite

dirigente via os partidos como inimigos da harmonia social. Logo as formações partidárias existentes eram incipientes. Já na ditadura do Estado Novo, os partidos políticos foram proibidos de funcionar e o Congresso Nacional foi fechado. Essa situação perduraria até 1945, quando Getúlio Vargas foi forçado a renunciar e eleições presidenciais livres ocorreram.

Entre 1945 e 1964 tivemos a primeira experiência democrática no Brasil, baseada no multipartidarismo. A União Democrática Nacional (UDN) nasceu da convergência dos oposicionistas (tanto da direita quanto da esquerda) a Vargas e ao Estado Novo, mas posteriormente passaria a adotar uma postura mais conservadora e antiestatista. Já o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) surgiram a partir da máquina estatal, e tinham como base as oligarquias rurais (no caso do PSD) e os trabalhadores urbanos (no caso do PTB). Contudo, se a princípio a disputa partidária no interior do sistema era moderada, logo caminhou para uma polarização entre PTB (à esquerda) e UDN (à direita), o que levou à paralisia decisória que antecederia o Golpe Militar de 1964.

Em 1965, um Ato Institucional acabou com o sistema vigente e instituiu o bipartidarismo: do lado governista e de direita estava a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e do outro lado estava o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia os deputados de centro-esquerda que não tiveram seus direitos políticos cassados. Esse sistema foi útil à ditadura até as eleições de 1974, quando o MDB conseguiu excelente votação e se mostrou como o meio mais forte de protesto contra o regime militar. Em 1979 foi aprovada uma lei que acabava com o bipartidarismo, abrindo caminho para que outros partidos surgissem.

Assim, nas eleições de 1982 (parte final do regime miliar), outros partidos participaram do pleito, porém a legislação imposta pela ditadura deu grande vantagem aos partidos criados a partir dos dois partidos existentes anteriormente (do MDB nasceu o PMDB, e da ARENA surgiu o PDS, Partido Democrático Social). Ou seja, apesar de mais partidos estarem oficialmente disputando as eleições, o novo sistema partidário teria ainda um caráter bipartidário. Mas no pleito posterior (1985), tais regras foram extintas, inclusive a regra da fidelidade partidária, levando os dois principais partidos - PMDB e PDS - a perderem grande parte dos seus deputados eleitos para outras legendas nos anos seguintes, fazendo com que ao invés de termos dois grandes partidos,

tivéssemos vários partidos de médio porte (no caso do PDS, seu processo de desintegração começou no ano anterior, 1984, quando a maioria das lideranças políticas deixou o partido para fundar o PFL). Nesse cenário multipartidarista, sem grandes siglas e com muitas siglas de médio porte (aliado a outros fatores, como o fracasso do Governo Sarney e a crise na aliança PMDB-PFL), a corrida presidencial para o governo pós-Sarney culminou na eleição de um *outsider* para o posto mais importante da República em 1989 (aliás, os dois candidatos que chegaram ao segundo turno, Collor e Lula, pertenciam a partidos considerados pequenos à época, PRN e PT, respectivamente). Porém, a partir das eleições presidenciais de 1994, o sistema partidário brasileiro se estruturou em dois polos: um à esquerda, liderado pelo PT; e outro de centro-direita, capitaneado pelo PSDB.

Por fim, cabe relembra que, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a clivagem esquerda-direita estava em acordo com a clivagem governo-oposição: partidos de centro-direita (comandados pela coligação PSDB-PFL) no governo e partidos de esquerda na oposição (sendo o PT o principal partido da oposição). Contudo, com a vitória de Lula em 2002 essas clivagens deixaram de ter o mesmo sentido, transformando um ambiente antes unidimensional em bidimensional (a linha demarcatória entre governo e oposição deixou de coincidir com a linha esquerda-direita), visto que Lula e o PT se viram obrigados a deslocar suas preferências, contribuindo para um sistema partidário cuja dinâmica de competição era mais moderada (MELO; 2007).

Assim, podemos definir o sistema partidário brasileiro como sendo relativamente recente e altamente fragmentado. E a esquerda brasileira é estatista (defende um Estado mais forte e atuante na economia), igualitária (defende uma redistribuição das riquezas produzidas), liberal no sentido político (defende direitos de minorias) e seus parlamentares têm atitudes mais partidárias. Enquanto que a direita é defensora do mercado (Estado mínimo), não igualitária (a desigualdade é salutar para a sociedade), conservadora no sentido político (coloca-se contra direitos de minorias e a favor de maior poder de polícia do Estado), e seus parlamentares costumam agir de forma mais individualista. Em suma, podemos dividir a política brasileira no espectro ideológico em três dimensões, sendo cada dimensão relativa a uma das três disjuntivas verificadas na seção 2.2, a saber: disjuntiva Estado-mercado (disjuntiva EM); disjuntiva liberalismo-conservadorismo políticos (disjuntiva LC); disjuntiva partidarismo-

individualismo (disjuntiva PI). Essas posições e definições da esquerda e da direita brasileiras serão fundamentais para definição da metodologia a ser utilizada.

3- METODOLOGIA E OBJETIVOS

O objetivo geral dessa monografia é verificar se a posição autodeclarada dos deputados federais brasileiros corresponde ao que se pode verificar empiricamente com base em respostas dadas a perguntas relacionadas às disjuntivas discutidas nesse trabalho e que constam no mesmo questionário. Para atingir tal objetivo irei utilizar dados obtidos por um *survey* realizado pelo CEL junto a 121 deputados federais brasileiros no ano de 2014. O *survey* citado faz parte do Projeto Elites Parlamentares Latinoamericanas (PELA), de responsabilidade da Universidade de Salamanca (Espanha), sendo que no caso brasileiro os *surveys* foram conduzidos pelo Centro de Estudos Legislativos (CEL) do Departamento de Ciência Política (DCP) da UFMG. Esse projeto começou em 1994 e hoje é reconhecido internacionalmente como um dos projetos que mais contribuíram (e ainda contribui) para com o conhecimento produzido sobre os parlamentos na América Latina. O projeto já está em 17 países e produziu mais de 4.000 entrevistas.

Para chegar ao objetivo geral, objetivos mais específicos serão buscados. O primeiro deles (já concluído) foi o de fazer uma revisão bibliográfica do tema, de forma a definir as disjuntivas que opõem esquerda e direita no Brasil. Os demais são: i) identificar o posicionamento autodeclarado no espectro ideológico esquerda-direita de cada deputado que respondeu à pesquisa [pergunta 64]; ii) verificar o posicionamento do parlamentar referentes às três disjuntivas definidas com as que separam esquerda e direita no Brasil [Estado-mercado; liberalismo *versus* conservadorismo político; ação partidarista *versus* ação individualista]; iii) calcular a posição do deputado com base nos valores aferidos em ‘ii’; iv) cruzar os dados ‘i’, ‘ii’ e ‘iii’ para testar a minha hipótese.

A pesquisa citada acima foi um *survey* aplicado em 2014 com o título “Representação política e qualidade da democracia: um estudo das elites parlamentares da América Latina”, composto de 80 perguntas, sendo a maioria delas feitas diretamente ao deputado, além de outras referentes à sua identificação. Dessas 80 perguntas, utilizarei 11, sendo: uma que informa a posição autodeclarada do parlamentar (pergunta

64); três questões referentes à disjuntiva Estado-mercado (perguntas 28, 29 e 30); cinco questões referentes à disjuntiva partidarismo-individualismo (perguntas 09, 11, 22, 23 e 25); e uma questão que pede a opinião do deputado a respeito de seis temas (totalizando, portanto, seis perguntas dentro da mesma questão) que separam os agentes políticos entre liberais e conservadores do ponto de vista político (pergunta 70); também será utilizada a questão 18, mas não para aferição da posição do deputado no espectro ideológico, e sim como forma de ‘controle de qualidade’ das opiniões dos deputados. Essa pergunta elenca algumas figuras políticas importantes no cenário internacional na época da pesquisa (2014) e pede ao deputado que indique o posicionamento, dentro do espectro ideológico, em que o deputado acredita ser ocupado por essas figuras. Como são personalidades que se pode (de maneira relativamente fácil) identificar como de direita ou de esquerda (com exceção do Papa Francisco), essa pergunta nos mostrará se o deputado tem um entendimento mais bem acabado dos significados de direita e de esquerda. Espera-se que sim, já que se trata de integrantes da elite política brasileira. Todas as perguntas utilizadas nesse trabalho encontram-se no anexo.

Como minha intenção é verificar se a posição autodeclarada do parlamentar no espectro ideológico corresponde ao verificado com base em perguntas que separam direita e esquerda no contexto brasileiro, será necessário encontrar, na mesma régua utilizada ao perguntar qual a posição autodeclarada do parlamentar, um valor que corresponda às dimensões que opõem direita e esquerda no Brasil. Assim sendo, fácil trabalho seria se todas as perguntas a serem utilizadas para esse cálculo tivessem sido elaboradas, na pesquisa, com a mesma metodologia utilizada para calcular minha variável principal (questão 64), mas não é esse o caso. As questões 18 (variável de controle), 64 (minha variável principal), 28, 29, 30 (disjuntiva Estado-mercado) e 70 (disjuntiva liberalismo-conservadorismo políticos) têm como opções de resposta uma escala que vai de 01 a 10, sendo que respostas próximas de 01 indicam posicionamento à esquerda e respostas próximas de 10 indicam posicionamento à direita (com exceção de duas perguntas da questão 70, sobre pena de morte e redução da maioridade penal, em que os valores devem ser invertidos quando for elaborada a variável visto que na escala original respostas próximas de 01 indicam posicionamento à direita e respostas próximas de 10 indicam posicionamento à esquerda). Contudo as perguntas 09, 11, 22, 23 e 25 (disjuntiva partidarismo-individualismo) têm entre três e cinco opções de respostas, sendo que algumas dessas opções indicam caráter mais partidário do

parlamentar, e outras opções indicam caráter mais individualista. Como a posição dos parlamentares relativa à disjuntiva partidarismo-individualismo será definida com base em cinco questões do questionário, e como as respostas dessas questões podem ser separadas dicotomicamente (ou partidárias ou individualistas), a soma das respostas obtidas com essas cinco perguntas nos dará seis resultados possíveis, variando discretamente entre 0 e 5.

Assim terei dois valores médios variando entre 1.00 e 10.00 referentes às disjuntivas Estado-mercado e liberalismo-conservadorismo e um terceiro valor discreto variando entre 0 e 5 referente à disjuntiva partidarismo-individualismo.

Falta ainda definir a forma como separar o espectro político entre esquerda e direita, para além da dicotomia. Não existe, na literatura, um consenso a respeito da forma como dividir o espectro, entretanto as maneiras mais comuns encontradas foram separar o espectro político em cinco, seis ou sete campos, podendo variar entre extrema-esquerda e extrema-direita ou entre esquerda e direita. O primeiro ponto de discórdia é a posição central: a maioria dos analistas que separam o espectro em cinco campos define o centro como indiviso; já quem divide o espectro em seis campos costuma separar o centro entre centro-esquerda e centro-direita; enquanto que aqueles que separam o espectro em sete campos incluem um campo (o centro) entre a centro-esquerda e a centro-direita. Em relação aos limites da separação, alguns analistas limitam o espectro entre extrema-esquerda e extrema direita, e outros são menos detalhistas e dividem o espectro entre esquerda e direita, apenas. Para separar o espectro ideológico, procurarei ser o mais simples possível. Com esse critério, vou dividir o espectro em cinco campos, variando entre esquerda e direita (esquerda; centro-esquerda; centro; centro-direita; e direita). Um segundo bom motivo para escolher essa separação é para melhor se adequar à realidade do sistema político brasileiro, onde os agentes políticos se concentram no centro e poucos se assumem nos extremos, logo faz mais sentido separar o centro entre centro-esquerda, centro e centro-direita, e os poucos extremados serem agrupados com os de esquerda ou os de direita. Outro ponto a ser levado em conta é a metodologia utilizada para elaboração das perguntas utilizadas nesse trabalho.

Observando a questão 64 do questionário, que nos dá posição autodeclarada do líder parlamentar, as opções de resposta variam discretamente entre 01 e 10. Cruzando as respostas possíveis à questão 64 e as três formas de dividir o espectro político, salta

aos olhos a facilidade de encaixar essas dez posições dentro de cinco campos diferentes, mas o mesmo não ocorre com o espectro dividido em seis ou sete campos. Então o autoposicionamento do parlamentar será categorizado da seguinte forma: 01 e 02 = esquerda; 03 e 04 = centro-esquerda; 05 e 06 = centro; 07 e 08 = centro-direita; 09 e 10 = direita. Já observando as questões que definirão a posição verificada do parlamentar, as questões relativas às dimensões Estado-mercado e liberalismo-conservadorismo têm a mesma metodologia da questão 64, porém o mesmo não ocorre com as questões da dimensão partidarismo-individualismo, portanto os dados serão trabalhados de forma que as três disjuntivas tenham o mesmo peso, ou na pior das possibilidades peso semelhante, na aferição da posição verificada do parlamentar.

A posição autodeclarada pelo deputado será informada pela questão 64. Para aferição do posicionamento verificado empiricamente, serão utilizadas as questões 09, 11, 22, 23, 25, 28, 29, 30 e 70. Em relação às questões cujas disjuntivas são Estado-mercado e liberalismo-conservadorismo políticos (perguntas 28, 29, 30 e 70), serão calculados valores médios variando entre 1.00 e 10.00, e essa régua contínua será dividida em cinco percentis, sendo que cada percentil corresponderá a um campo do espectro e enumerados entre um e cinco, dividido da seguinte forma: 1.00 a 2.79 = 1 (esquerda); 2.80 a 4.59 = 2 (centro-esquerda); 4.60 a 6.40 = 3 (centro); 6.41 a 8.20 = 4 (centro-direita); 8.21 a 10.00 = 5 (direita). A partir da divisão e numeração feitas acima do espectro ideológico, teremos então dois valores discretos, variando entre um e cinco, sendo um relativo ao posicionamento do parlamentar quanto à disjuntiva Estado-mercado (perguntas 28, 29 e 30), e outro relativo ao posicionamento do deputado a respeito de temas polêmicos que separam políticos liberais de conservadores (pergunta 70, que pede a opinião do deputado sobre seis temas diferentes, logo o resultado terá como base de cálculo o valor médio aferido de seis respostas distintas, mas referentes à mesma disjuntiva).

O terceiro conjunto de perguntas (09, 11, 22, 23 e 25) verifica se o parlamentar toma suas decisões de forma mais individualista ou mais partidarista. Para tanto será feita uma soma, cuja igualdade dirá se o parlamentar é mais partidarista (resultado próximo ou igual a zero) ou mais individualista (resultado próximo ou igual a cinco) em suas ações. Essas questões serão tratadas como variáveis *dummy*, sendo que o valor um

indica posição mais individualista e o valor zero indica posição mais partidária¹. Assim: na questão 09, a opção 01 terá valor um e as opções 02 e 03 terão valor zero; na questão 11, as opções 01 e 02 terão valor um e as opções 03, 04 e 05 terão valor zero; na questão 22, a opção 01 assumirá valor zero e as opções 02 e 03 valor um; na questão 23, as opções 01 e 02 terão valor um e a opção 03 terá valor zero; e por fim na questão 25 a opção 01 assumirá valor zero e as demais opções (02, 03, 04 e 05) assumirão valor um (em todas as questões, as opções não citadas serão consideradas como *missing*). Essa soma nos dará o posicionamento do parlamentar referente a essa dimensão e a terceira variável discreta. Apesar dos resultados possíveis de serem obtidos com essa disjuntiva (seis) não encaixarem perfeitamente dentro da divisão feita por mim do espectro ideológico (cinco campos), creio que essa discrepância não trará nenhum viés significativo à análise descritiva que será feita posteriormente, e por dois motivos: primeiro, porque a posição verificada do parlamentar se dará com base na média obtida com as três disjuntivas, o que dilui o peso que cada disjuntiva tem no resultado final; e segundo porque a lógica de pontuação da disjuntiva partidarismo-individualismo é a mesma que a das outras disjuntivas: quanto menor o resultado obtido com a disjuntiva, mais próximo da esquerda, e quanto maior esse resultado, mais próximo da direita.

Resta, agora, calcular o valor médio com os valores das disjuntivas. Como se tratam de três disjuntivas, sendo que duas retornam valores discretos entre um e cinco e uma disjuntiva retorna valores discretos entre zero e cinco, posso afirmar matematicamente que existem 14 resultados possíveis para essa média, variando entre 0.67 e 5.0 (0.67, 1.0, 1.33 e assim por diante), sendo que resultado mais próximo de 0.67 indica posição à esquerda e resultado próximo de 5.0 indica posição à direita. Por fim falta transportar esse resultado para os cinco campos divididos entre esquerda e direita, respeitando a lógica das disjuntivas analisadas (menor valor indica esquerda, maior valor indica direita); então a melhor divisão para esses catorze resultados médios possíveis dentro dos cinco campos é: 0.67, 1.00 e 1.33 = esquerda; 1.67, 2.00 e 2.33 = centro-esquerda; 2.67 e 3.00 = centro; 3.33, 3.67 e 4.00 = centro-direita; 4.33, 4.67 e 5.00 = direita.

Essa metodologia pode ser mais bem entendida com o auxílio da tabela 1:

¹ Metodologia utilizada por MELO (2015), adaptada.

Tabela 1: resumo da metodologia													
posição declarada do parlamentar, variando entre 1 (esquerda) e 10 (direita)													
<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>5</u>	<u>6</u>	<u>7</u>	<u>8</u>	<u>9</u>	<u>10</u>				
espectro ideológico, categorizado entre esquerda e direita													
<u>esquerda</u>		<u>centro esquerda</u>			<u>centro</u>		<u>centro direita</u>			<u>direita</u>			
disjuntiva Estado-mercado													
<u>1 (1.00 a 2.79)</u>		<u>2 (2.80 a 4.59)</u>			<u>3 (4.60 a 6.40)</u>		<u>4 (6.41 a 8.20)</u>			<u>5 (8.21 a 10.00)</u>			
disjuntiva liberalismo-conservadorismo													
<u>1 (1.00 a 2.79)</u>		<u>2 (2.80 a 4.59)</u>			<u>3 (4.60 a 6.40)</u>		<u>4 (6.41 a 8.20)</u>			<u>5 (8.21 a 10.00)</u>			
disjuntiva partidarismo-individualismo													
<u>0</u>		<u>1</u>		<u>2</u>		<u>3</u>		<u>4</u>		<u>5</u>			
valor médio obtido com base nos valores discretos referentes às três disjuntivas													
<u>0.67</u>	<u>1.00</u>	<u>1.33</u>	<u>1.67</u>	<u>2.00</u>	<u>2.33</u>	<u>2.67</u>	<u>3.00</u>	<u>3.33</u>	<u>3.67</u>	<u>4.00</u>	<u>4.33</u>	<u>4.67</u>	<u>5.00</u>
posição verificada do parlamentar, com base na média obtida com as três disjuntivas													
<u>esquerda</u>		<u>centro esquerda</u>			<u>centro</u>		<u>centro direita</u>			<u>direita</u>			

Definida a metodologia para atingir os objetivos citados anteriormente, resta agora analisar descritivamente os dados obtidos para verificar se a posição declarada do parlamentar é condizente com a sua forma de agir e suas opiniões.

4 – ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

4.1 – Explicação dos dados

Como exposto anteriormente, os dados a serem utilizados nessa monografia foram obtidos através de um *survey* realizado pelo CEL junto a deputados federais brasileiros no ano de 2014. O *survey* citado faz parte do Projeto Elites Parlamentares Latinoamericanas (PELA), de responsabilidade da Universidade de Salamanca (Espanha), sendo que no caso brasileiro os *surveys* foram conduzidos pelo Centro de Estudos Legislativos (CEL) do Departamento de Ciência Política (DCP) da UFMG.

Foram entrevistados 123 líderes parlamentares da 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2011-2014), contudo serão utilizados dados referentes a 121 parlamentares, representando um total de 20 partidos. A redução de 123 para 121 se deve pelo fato de que dois parlamentares não responderam questões cruciais para esse trabalho: um deles não respondeu a questão 64, que define o autopoicionamento do parlamentar, e um não

respondeu a nenhuma das seis perguntas relativas à dimensão liberalismo-conservadorismo (questão 70), assim uma das dimensões ficaria prejudicada no caso desse deputado.

Dos vinte partidos representados pelos 121 parlamentares, apenas quatro (PT, PMDB, PSDB e PSD) tiveram dez ou mais deputados entrevistado, se destacando o PT, com 22. Os demais dezesseis partidos tiveram entre um e nove deputados entrevistados. A tabela 2 resume os deputados entrevistados por partidos:

Tabela 2: deputados separados por partidos		
partidos	número de entrevistas	percentual
PMDB	15	12,4%
PTB	3	2,5%
PDT	5	4,1%
PT	22	18,2%
DEM	7	5,8%
PCdoB	3	2,5%
PSB	6	5,0%
PSDB	10	8,3%
PSC	3	2,5%
PMN	1	0,8%
PPS	2	1,7%
PV	2	1,7%
PTdoB	1	0,8%
PP	9	7,4%
PRB	3	2,5%
PSOL	1	0,8%
PR	6	5,0%
PSD	11	9,1%
PROS	5	4,1%
SDD	6	5,0%
total	121	100,0%

4.2 – Controle de qualidade

A pergunta 18 solicitava aos deputados que alocassem algumas lideranças políticas na escala esquerda-direita. O rol de lideranças incluía: Dilma Rousseff (a única figura política nacional), Angela Merkel, Evo Morales, Nicolás Maduro, Barack Obama, Juan Manoel Santos, Cristina Kirschner, Michele Bachelet e o Papa Francisco.

Nenhuma das nove figuras foi classificada por cem por cento dos parlamentares entrevistados, entretanto o número de respondentes se assemelha em quase todos os casos, variando entre 112 e 118 deputados que responderam às perguntas. A única discrepância foi o caso do presidente colombiano Juan Manoel Santos, em que apenas 88 parlamentares responderam. Observando a moda, sete das nove opções tiveram como moda a posição 05, se diferenciando nesse caso apenas Evo Morales (moda 02) e Nicolás Maduro (moda 01). Em relação às médias, a mais baixa (e à esquerda) é de Evo Morales (3,28) e a mais alta (e à direita) é de Barack Obama (6,65).

Das nove figuras políticas elencadas para que os parlamentares classificassem dentro do espectro político, mais da metade (cinco) foram considerados, pela maioria, relativa ou absoluta, como de centro: Angela Merkel (45,54%), Juan Manoel Santos (51,14%), Cristina Kirschner (36,52%), Michele Bachelet (42,11%) e o Papa Francisco (52,68%). Apenas o então presidente norte-americano Barack Obama foi colocado do lado direito do espectro pela maioria dos parlamentares: 41,18% dos deputados entrevistados o consideraram de centro-direita. Já a então presidente Dilma Rousseff foi vista como de centro-esquerda por 48,31% dos parlamentares, enquanto que Nicolás Maduro (43,86%) e Evo Morales (46,15%) foram considerados de esquerda pela maioria dos deputados.

Outra maneira de se analisar os dados é agregando dois campos contíguos e verificando a maior concentração. Com essa forma de análise, Evo Morales e Nicolás Maduro foram os classificados à esquerda (somando os campos esquerda e centro-esquerda, Evo Morales totaliza 77,77% e Nicolás Maduro 73,68%), enquanto que Angela Merkel, Juan Manoel Santos e Barack Obama viram-se posicionados entre o centro e a centro-direita (somando os campos centro e centro-direita, Angela Merkel totaliza 75,33%, Juan Manoel Santos soma 73,87% e Barack Obama 79,84%). Somando os campos centro e centro-esquerda temos a maioria das figuras políticas: Dilma Rousseff soma, nesses dois campos, 77,97%, Cristina Kirschner totaliza exatos 60%, Michele Bachelet 79,83% e o Papa Francisco soma 79,47%. Vale notar que a outra concentração possível (centro-direita e direita), não obteve números muito expressivos, com exceção de Barack Obama.

Podemos então concluir, analisando a separação que os deputados fizeram ao definir a ideologia de cada figura elencada, que os parlamentares têm clara a definição

de esquerda e direita, visto que a maioria dos parlamentares incluiu essas figuras nos campos esperados: Nicolás Maduro e Evo Morales são visto como de esquerda, Juan Manoel Santos como de centro, Angela Merkel e Barack Obama são tidos como de centro-direita e as demais figuras (Dilma Rousseff, Cristina Kirschner, Michele Bachelet e o Papa Francisco) como de centro-esquerda. Mas a concentração dessas figuras no centro, e a quantidade de parlamentares que escolheram a posição cinco para definir a posição dessas figuras no espectro ideológico podem nos levar a concluir que essa definição não é tão clara assim, carecendo de algum refinamento. No cômputo geral, podemos então dizer que nossos parlamentares têm em mente uma definição mais ou menos acabada do espectro ideológico, mas pode melhorar. Os resumos dos dados estão na tabela 3, e os gráficos de pizza sobre cada caso estão incluídos no anexo.

Tabela 3: questão 18													
Personalidades políticas	respon dentes	Valores atribuídos pelos parlamentares entre <u>1</u> (esquerda) e <u>10</u> (direita)										média	moda
		esquerda		centro esquerda		centro		centro direita		direita			
		<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>5</u>	<u>6</u>	<u>7</u>	<u>8</u>	<u>9</u>	<u>10</u>		
Dilma Rousseff	118	14		57		35		8		4		4,21	5
		11,86%		48,31%		29,66%		6,78%		3,39%			
		<u>4</u>	<u>10</u>	<u>32</u>	<u>25</u>	<u>33</u>	<u>2</u>	<u>4</u>	<u>4</u>	<u>0</u>	<u>4</u>		
Angela Merkel	112	2		21		51		30		8		5,88	5
		1,79%		18,75%		45,54%		26,79%		7,14%			
		<u>0</u>	<u>2</u>	<u>5</u>	<u>16</u>	<u>32</u>	<u>19</u>	<u>13</u>	<u>17</u>	<u>5</u>	<u>3</u>		
Evo Morales	117	54		37		14		6		6		3,28	2
		46,15%		31,62%		11,97%		5,13%		5,13%			
		<u>23</u>	<u>31</u>	<u>19</u>	<u>18</u>	<u>14</u>	<u>0</u>	<u>6</u>	<u>0</u>	<u>2</u>	<u>4</u>		
Juan Manoel Santos	88	4		17		45		20		2		5,31	5
		4,55%		19,32%		51,14%		22,73%		2,27%			
		<u>2</u>	<u>2</u>	<u>6</u>	<u>11</u>	<u>35</u>	<u>10</u>	<u>15</u>	<u>5</u>	<u>1</u>	<u>1</u>		
Nicolás Maduro	114	50		34		17		7		6		3,34	1
		43,86%		29,82%		14,91%		6,14%		5,26%			
		<u>29</u>	<u>21</u>	<u>21</u>	<u>13</u>	<u>14</u>	<u>3</u>	<u>6</u>	<u>1</u>	<u>3</u>	<u>3</u>		
Barack Obama	119	0		9		46		49		15		6,65	5
		0,00%		7,56%		38,66%		41,18%		12,61%			
		<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>9</u>	<u>29</u>	<u>17</u>	<u>26</u>	<u>23</u>	<u>8</u>	<u>7</u>		
Cristina Kirschner	115	13		27		42		26		7		5,30	5
		11,30%		23,48%		36,52%		22,61%		30,43%			
		<u>3</u>	<u>10</u>	<u>11</u>	<u>16</u>	<u>24</u>	<u>18</u>	<u>13</u>	<u>13</u>	<u>3</u>	<u>4</u>		
Michele Bachelet	114	5		43		48		17		1		4,86	5
		4,39%		37,72%		42,11%		14,91%		0,88%			
		<u>1</u>	<u>4</u>	<u>10</u>	<u>33</u>	<u>38</u>	<u>10</u>	<u>12</u>	<u>5</u>	<u>1</u>	<u>0</u>		
Papa Francisco	112	8		30		59		11		4		4,90	5
		7,14%		26,79%		52,68%		9,82%		3,57%			
		<u>2</u>	<u>6</u>	<u>8</u>	<u>22</u>	<u>50</u>	<u>9</u>	<u>8</u>	<u>3</u>	<u>1</u>	<u>3</u>		

4.3 – Apresentação dos dados

Observando a posição declarada pelo parlamentar, categorizada entre esquerda e direita, há uma concentração ao centro, com tendência para esquerda: 37,19% dos deputados se autodeclararam de centro (opções 05 e 06), se destacando a opção 05, que assim como no caso da avaliação sobre figuras políticas, foi a opção de resposta escolhida por mais entrevistados (29,75% dos parlamentares). Não muito atrás, o segundo campo com mais deputados se autoposicionando foi o campo centro-esquerda, com 31,4%, enquanto que os campos esquerda e centro-direita obtiveram valores próximos, sendo que a esquerda foi escolhida por 15 parlamentares (12,4%) e a centro-direita foi escolhida por 22 deputados (18,18%). O campo com menos legisladores autoposicionados foi o da direita, com apenas um deputado escolhendo a opção 10 (nenhum deputado selecionou a opção 09 para seu autoposicionamento). Somando dois campos contíguos, a soma centro-esquerda e centro totaliza 68,59% dos deputados, e a segunda soma com maior número de deputados autoposicionados é que une centro com a centro-direita, que totaliza 55,37% dos parlamentares. Duas observações podem ser feitas: primeira, a ampla maioria converge para posições centrais na escala, o que permite então dizer que, ao menos em princípio, não é grande a distância ideológica observada na Câmara dos Deputados na legislatura analisada (54ª Legislatura); segunda, a escassa ocupação das posições de centro-direita e direita que, somadas, chegam a 19,01%. Tal achado é compatível o que Zucco JR (2011) chama de ‘direita envergonhada’: os legisladores evitam assumir posições à direita, preferindo ficar sob o amplo guarda-chuva do centro.

Visualizando agora as disjuntivas separadamente, em todas há também concentração no centro, porém a tendência varia disjuntiva a disjuntiva: na disjuntiva liberalismo-conservadorismo temos tendência para direita; na disjuntiva Estado-mercado a tendência é para esquerda; ao passo que a disjuntiva partidarismo-individualismo apresenta dados um pouco mais bem distribuídos, não apresentando tendência significativamente maior para um lado ou para o outro.

Na disjuntiva Estado-mercado, a maioria foi definida como de centro (36,36% dos parlamentares). Nos campos esquerda e centro-esquerda foram incluídos o mesmo número de deputados: 23 deputados (19,01%) cada campo. Temos então uma maioria de deputados pró-Estado. Já o lado direito teve menor concentração de parlamentares,

porém seus números não estão tão distantes dos demais campos: na centro-direita têm-se 19 parlamentares (15,7%) e na direita 12 (9,92%). Podemos então concluir que a maioria de nossos congressistas prefere um equilíbrio entre Estado e mercado na nossa economia, sendo que em alguns casos é mais recomendável maior participação do Estado, e em outros é melhor que o mercado seja protagonista, tendo o Estado como parceiro secundário. Contudo não são poucos aqueles que querem ou que o Estado seja o principal protagonista na economia (lembrando que, conforme argumentado subseção 2.2, a esquerda não mais considera com algo praticável uma economia 100% estatal), ou que o Estado simplesmente não se meta nela.

Em relação à disjuntiva liberalismo-conservadorismo, quando analisados os dados de forma agregada, o que se percebe é uma maioria no centro, com tendência para o conservadorismo (direita). Mas, quando se olha as perguntas feitas e as respostas dadas, pode-se chegar a uma opinião mais profunda: a maioria de nossos deputados são muito liberais em alguns casos, mas muitos conservadores em outros. A maioria dos parlamentares foi definida como de centro (42 deputados, ou 34,71%), e o segundo campo com mais deputados incluídos foi o centro-direita, com 35 deputados (28,93%). Um dado curioso dessa disjuntiva é que, somando-se os campos esquerda com centro-esquerda e direita com centro-direita, tem-se mais ou menos um terço em cada um dos três blocos (esquerda com 29,75%, centro com 34,71% e direita com 35,54%). Porém, conforme colocado acima, talvez uma análise mais interessante a ser feita é olhando para as perguntas e respostas da questão 70. A pergunta sobre a proibição de armas de fogo talvez tenha sido a que mais gerou controvérsia, já que 27 deputados se colocaram totalmente a favor, 32 foram totalmente contra e 22 ficaram no meio termo (escolheram a opção 05). Enquanto isso, nos casos da redução da maioridade penal e a união civil do mesmo sexo, quase um terço dos parlamentares se colocaram totalmente a favor (42 e 39 deputados, respectivamente), mas não foram poucos os que posicionaram completamente contra (26 deputados no caso da redução da maioridade penal e 16 no caso da união civil entre pessoas do mesmo sexo). Por outro lado, as perguntas sobre pena de morte, descriminalização das drogas e legalização do aborto obtiveram grande rejeição: quase metade dos parlamentares se posicionou totalmente contra a descriminalização das drogas (53) e a legalização do aborto (52), sendo que no caso da pena de morte a total rejeição beirou os dois terços (78 deputados, ou 65,54% dos respondentes, escolheram a opção 10). Vale novamente ressaltar que, nos casos das

questões sobre pena de morte e redução da maioria penal, aqueles deputados que se colocam contra têm posicionamento compatível com a esquerda, e nas demais questões os parlamentares que se colocam contra assumem posição à direita.

A disjuntiva partidarismo-individualismo manteve a lógica das demais disjuntivas de concentração dos parlamentares nas posições centrais, porém os dados dessa disjuntiva não apresentaram tendência para um lado ou para o outro: separando as posições possíveis entre esquerda (posições 0, 1 e 2) e direita (3, 4 e 5) temos quase metade para cada lado (46,29% dos parlamentares fizeram 0,1 ou 2 pontos, enquanto que 53,71% fizeram 3, 4 ou 5 pontos nessa disjuntiva). Poucos foram os deputados que responderam as perguntas escolhendo somente opções consideradas partidárias (9 deputados, ou 7,44%) ou somente opções consideradas individualistas (10 parlamentares, ou 8,26% dos respondentes), e a maior parte somou três pontos (32; 26,45%) ou dois pontos (25; 21,49%). Voltando-se para as perguntas da disjuntiva, as perguntas que apresentaram maior individualismo por parte dos parlamentares foram as questões sobre o sistema proporcional (questão 09: 70 deputados, ou 58,82% dos que responderam a pergunta escolheram a opção considerada individualista); sobre fidelidade partidária (questão 23: 68 deputados, ou 56,67% dos que responderam, escolheram como respostas opções consideradas individualistas); e sobre quando existe conflito de interesses entre o seu partido e o seu estado de origem (questão 25: 90 deputados, ou 77,58% dos que responderam à questão, optaram por alternativas consideradas individualistas). Já as perguntas sobre disciplina partidária (questão 11) e sobre financiamento de campanha (questão 22) foram as questões que obtiveram resultados mais partidaristas dos parlamentares (questão 11: 89 deputados, ou 73,55%, escolheram opções de respostas consideradas partidárias; questão 22: 69 parlamentares, ou 57,5% dos respondentes, escolheram a opção mais partidária). Podemos então concluir que nossos parlamentares agem algumas vezes de forma mais partidária, outras vezes de forma mais individualista, dependendo das circunstâncias.

Por fim, falta apresentar a posição verificada dos parlamentares, calculada com base nas três disjuntivas analisadas. A maioria dos nossos deputados obtiveram resultados nas três disjuntivas que indicam o campo centro-direita (38 entrevistados, ou 31,4%), seguindo de perto do centro, com 36 (29,75%). O mesmo número de deputados que se declararam como de esquerda (15, ou 12,4%) foi o de respondentes cuja posição verificada foi de esquerda, mas isso não significa que todos os deputados que se

colocaram na esquerda tiveram a posição verificada como de esquerda (maiores detalhes serão informados na próxima subseção, com o cruzamento dos dados), e novamente a minoria ficou na direita, mas agora com um percentual maior (seis deputados foram considerados de direita, ou 4,96%). Agregando os campos contíguos (como feito na apresentação dos dados sobre figuras políticas e a posição autodeclarada do parlamentar), a ampla maioria fica entre o centro e a centro-direita (61,15% dos parlamentares), e o centro somado com a centro-esquerda totaliza 51,24%. Mas a centro-direita somada com a direita apresenta um percentual bem maior do que aquele identificado no autoposicionamento do parlamentar: 36,36%, ou 44 parlamentares, foram considerados nesses campos à direita do espectro – a diferença (36,36% a 19,01%) parece dar razão à tese da ‘direita envergonhada. Enquanto isso, a soma da esquerda com a centro-esquerda totalizou 33,89%.

O resumo dos dados pode ser verificado na tabela 4, e no anexo constam gráficos *pizza* de cada uma das variáveis:

Tabela 4: resumo dos dados													
posição declarada pelo parlamentar, variando entre 1 (esquerda) e 10 (direita)													
<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>5</u>	<u>6</u>	<u>7</u>	<u>8</u>	<u>9</u>	<u>10</u>				
9	6	15	23	36	9	16	6	0	1				
7,44%	4,96%	12,40%	19,01%	29,75%	7,44%	13,22%	4,96%	0,00%	0,83%				
posição declarada pelo parlamentar, categorizada entre esquerda e direita													
<u>esquerda</u>		<u>centro esquerda</u>		<u>centro</u>		<u>centro direita</u>		<u>direita</u>					
15		38		45		22		1					
12,40%		31,40%		37,19%		18,18%		0,83%					
disjuntiva Estado-mercado													
<u>1 (esquerda)</u>		<u>2 (centro-esquerda)</u>		<u>3 (centro)</u>		<u>4 (centro-direita)</u>		<u>5 (direita)</u>					
23		23		44		19		12					
19,01%		19,01%		36,36%		15,70%		9,92%					
disjuntiva liberalismo-conservadorismo													
<u>1 (esquerda)</u>		<u>2 (centro-esquerda)</u>		<u>3 (centro)</u>		<u>4 (centro-direita)</u>		<u>5 (direita)</u>					
11		25		42		35		8					
9,09%		20,66%		34,71%		28,93%		6,61%					
disjuntiva partidarismo-individualismo													
<u>0</u>		<u>1</u>		<u>2</u>		<u>3</u>		<u>4</u>		<u>5</u>			
9		21		26		32		23		10			
7,44%		17,36%		21,49%		26,45%		19,01%		8,26%			
valor médio obtido com base nos valores discretos referentes às três disjuntivas													
<u>0.67</u>	<u>1.00</u>	<u>1.33</u>	<u>1.67</u>	<u>2.00</u>	<u>2.33</u>	<u>2.67</u>	<u>3.00</u>	<u>3.33</u>	<u>3.67</u>	<u>4.00</u>	<u>4.33</u>	<u>4.67</u>	<u>5.00</u>
2	4	9	8	7	11	15	21	15	14	9	2	3	1
1,65%	3,31%	7,44%	6,61%	5,79%	9,09%	12,40%	17,36%	12,40%	11,57%	7,44%	1,65%	2,48%	0,83%
posição verificada do parlamentar, com base na média obtida com as três disjuntivas													
<u>esquerda</u>		<u>centro esquerda</u>		<u>centro</u>		<u>centro direita</u>		<u>direita</u>					
15		26		36		38		6					
12,40%		21,49%		29,75%		31,40%		4,96%					

4.4- Cruzamento dos dados

Para cruzamento dos dados, essa subseção será novamente dividida, agora em duas partes. Na primeira parte, a variável de referência será a posição autodeclarada do parlamentar, categorizada entre esquerda e direita, sendo antes feita a separação por partidos e depois as comparações com a posição verificada dos deputados e com as disjuntivas. Na segunda parte, começo por analisar os dados da posição verificada dos parlamentares separados por partidos, e termino cruzando os dados das disjuntivas analisadas entre si.

4.4.1- Variável de referência: posição autodeclarada do deputado

Nessa primeira rodada de comparações, a variável que servirá de referência será a posição autodeclarada do parlamentar (questão 64), categorizada entre esquerda (01 e 02), centro-esquerda (03 e 04), centro (05 e 06), centro-direita (07 e 08), e por fim direita (09 e 10). Começando o cruzamento com os partidos, o PMDB foi o único que teve deputados autodeclarados em todos os cinco campos, com destaque para o centro com seis deputados. Em relação aos outros três partidos com dez ou mais parlamentares entrevistados (PT, PSDB e PSD), o PT mostra-se claramente à esquerda, com seus 22 deputados se concentrando entre esquerda (oito petistas) e centro-esquerda (treze petistas), e nenhum se colocando à direita, enquanto que tucanos e os partidários do ex-prefeito paulistano Gilberto Kassab apresentaram lógica semelhante, mas não muito: concentrados no centro (nenhum dos deputados desses partidos escolheram os campos esquerda ou direita), porém os tucanos penderam para a esquerda (quatro deputados no centro, quatro na centro-esquerda e apenas dois na centro-direita), ao passo que a maioria dos parlamentares do PSD escolheu o centro (sete parlamentares), enquanto o campo de centro-direita foi escolhido por três deputados, e a centro-esquerda por apenas um. Dos partidos com menos de dez deputados entrevistados, mas com alguma relevância no cenário político, os sete deputados do DEM ficaram entre centro e centro-direita; os seis partidários do PSB escolheram em maioria (quatro) o campo centro-esquerda; dos nove parlamentares do Partido Progressista (PP), a maior parte escolheu o centro-direita (cinco), e os outros se dividiram entre centro e centro-esquerda; cinco dos seis deputados do PR se declararam no centro; e os seis do partido Solidariedade se dividiram entre centro-esquerda (dois), centro (três) e centro-direita (um). A tabela com

todos os dados da posição autodeclarada dos parlamentares, separada por partidos, pode ser verificada na tabela 5:

Tabela 5: posição declarada do parlamentar X partidos							
partido	esquerda	centro esquerda	centro	centro direita	direita	total	%
PMDB	2	4	6	2	1	15	12,40%
PTB	0	1	2	0	0	3	2,48%
PDT	1	2	2	0	0	5	4,13%
PT	8	13	1	0	0	22	18,18%
DEM	0	0	3	4	0	7	5,79%
PCdoB	2	0	1	0	0	3	2,48%
PSB	1	4	1	0	0	6	4,96%
PSDB	0	4	4	2	0	10	8,26%
PSC	0	1	1	1	0	3	2,48%
PMN	0	0	1	0	0	1	0,83%
PPS	1	0	1	0	0	2	1,65%
PV	0	1	0	1	0	2	1,65%
PTdoB	0	1	0	0	0	1	0,83%
PP	0	2	2	5	0	9	7,44%
PRB	0	0	1	2	0	3	2,48%
PSOL	0	1	0	0	0	1	0,83%
PR	0	0	5	1	0	6	4,96%
PSD	0	1	7	3	0	11	9,09%
PROS	0	1	4	0	0	5	4,13%
SDD	0	2	3	1	0	6	4,96%
total	15	38	45	22	1	121	
%	12,40%	31,40%	37,19%	18,18%	0,83%	100,00%	

Passa-se, então, para a comparação entre a variável de referência e as variáveis calculadas com base na manipulação dos dados selecionados da pesquisa. Primeiro será feita a comparação entre a variável de referência com as disjuntivas separadamente, para depois se comparar a variável de referência com a posição verificada do parlamentar, com base nas três disjuntivas, mas uma constatação já pode ser feita para todos os casos: o único deputado que se autoposicionou no campo da direita expressou opiniões que permitiram alocá-lo ao centro em todas as disjuntivas.

Observando a disjuntiva Estado-mercado, em relação à posição declarada pelo parlamentar, a maioria dos parlamentares que se autodeclarou de esquerda ou de centro-esquerda apresentou resultados compatíveis com sua posição na escala. Sete dentre os quinze que se declararam de esquerda defenderam maior protagonismo do Estado e puderam, em função de suas respostas, ser encaixados no campo da esquerda, quatro foram enquadrados como centro-esquerda e dois no centro. Outros dois deputados tiveram opiniões incongruentes com seu autoposicionamento, assumindo posições de centro-direita e direita, ou seja, de defesa de maior protagonismo do mercado. Dos 38 deputados autodeclarados como de centro-esquerda, treze deram respostas que permitiram situá-los na centro-esquerda, enquanto dez terminaram colocados à esquerda e outros doze ao centro. Outros três parlamentares de centro-esquerda emitiram opiniões incongruentes com seu autoposicionamento, remetendo-os aos campos centro-direita (um deputado) e direita (dois deputados), no que se refere à relação Estado-mercado. Como seria de se esperar, os 45 deputados autodefinidos como centro foram os que apresentaram maior dispersão pelos cinco campos da disjuntiva. Dezenove (42,22%) dos respondentes foram considerados de centro, outros treze (28,89%) foram incluídos no campo da centro-direita, e três foram posicionados à direita; os outros dez deputados dividiram-se entre as posições de esquerda e centro-esquerda. Quase todos os 22 parlamentares autodeclarados de centro-direita foram classificados entre o centro (dez) e a direita (seis), ficando quatro na centro-direita. Apenas dois deram respostas incongruentes, fazendo com que fossem classificados à esquerda. Em síntese, os resultados parecem confirmar o que se espera: quanto mais à direita estiver o deputado na classificação ideológica, maiores são as chances dele se inclinar para defesa de posições pró-mercado, e vice-versa. A tabela 6 detalha essa comparação.

Tabela 6: posição declarada X disjuntiva Estado-mercado							
		disjuntiva Estado-mercado					total
		esquerda	centro esquerda	centro	centro direita	direita	
posição declarada do parlamentar, categorizada	esquerda	7	4	2	1	1	15
		46,67%	26,67%	13,33%	6,67%	6,67%	12,40%
	centro esquerda	10	13	12	1	2	38
		26,32%	34,21%	31,58%	2,63%	5,26%	31,40%
	centro	5	5	19	13	3	45
		11,11%	11,11%	42,22%	28,89%	6,67%	37,19%
	centro direita	1	1	10	4	6	22
		4,55%	4,55%	45,45%	18,18%	27,27%	18,18%
	direita	0	0	1	0	0	1
		0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,83%
	total	23	23	44	19	12	121
		19,01%	19,01%	36,36%	15,70%	9,92%	100,00%

Analisando, agora, a comparação com a disjuntiva liberalismo-conservadorismo, boa parte dos deputados foi considerada no mesmo campo autodeclarado (novamente, com exceção do campo direita), ainda que a maioria acabe emitindo opiniões que permitem seu posicionamento em algum dos campos contíguos. Entre os quinze autodeclarados de esquerda, treze assumiram posições liberais: sete mantiveram posição compatível com o mesmo campo esquerda, e seis foram considerados de centro-esquerda. Nenhum assumiu posições à direita, e apenas um deputado assumiu posição mais conservadora, o que permitiu classificá-lo como de centro-direita nessa disjuntiva. Entre os 38 autoposicionados na centro-esquerda, um número um pouco maior (seis) assumiu posição mais conservadora e terminou situado em um campo não contíguo, o campo da centro-direita. Metade dos deputados manteve-se em posição intermediária, ficando entre o centro (dezessete parlamentares) e posições mais liberais, na centro-esquerda (doze). Os 45 de centro, por sua vez, apresentaram clara tendência a posições mais conservadoras: enquanto 23 (metade) puderam ser posicionados nos campos centro-direita (dezenove deputados) e direita (quatro parlamentares), apenas seis foram alocados no lado esquerdo (sendo um na esquerda e cinco na centro-esquerda). Finalizando a comparação com essa disjuntiva, dos 22 autodeclarados de centro-direita a maioria (treze) assumiu posições conservadoras e sete ficaram no centro, e do outro

lado dois assumiram posições mais liberais, podendo ser considerados, em relação a essa disjuntiva, como de centro-esquerda. Novamente confirma-se a hipótese de que deputados de esquerda tendem a ser mais liberais, ao passo que os de direita tendem a ser mais conservadores. Abaixo segue a tabela 7, com os dados dessa comparação.

Tabela 7: posição declarada X disjuntiva liberalismo-conservadorismo							
		disjuntiva liberalismo-conservadorismo					
		esquerda	centro esquerda	centro	centro direita	direita	
posição declarada do parlamentar, categorizada	esquerda	7	6	1	1	0	15
		46,67%	40,00%	6,67%	6,67%	0,00%	12,40%
	centro esquerda	3	12	17	6	0	38
		7,89%	31,58%	44,74%	15,79%	0,00%	31,40%
	centro	1	5	16	19	4	45
		2,22%	11,11%	35,56%	42,22%	8,89%	37,19%
	centro direita	0	2	7	9	4	22
		0,00%	9,09%	31,82%	40,91%	18,18%	18,18%
	direita	0	0	1	0	0	1
0,00%		0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,83%	
	total	11	25	42	35	8	121
		9,09%	20,66%	34,71%	28,93%	6,61%	100,00%

Falta, ainda, a comparação com a disjuntiva partidarismo-individualismo. Uma curiosidade dessa disjuntiva é que, ao se cruzar os dados com a variável de referência, temos dados um pouco mais espalhados do que nas outras disjuntivas analisadas. Mas essa peculiaridade deve ser relativizada pelo fato dessa disjuntiva ter uma opção a mais para se encaixar os deputados, se comparada às outras duas. O único campo com uma concentração maior foi o campo da esquerda, onde 11 dos 15 parlamentares (73,33%) apresentaram resultados mais partidários (seis obtiveram um ponto e cinco nenhum ponto), e nenhum deputado autodeclarado de esquerda teve quatro ou cinco pontos (resultados mais individualistas). Os 38 parlamentares que se colocaram como de centro-esquerda se dividiram nas seis pontuações possíveis, com maioria absoluta (52,6%) nas três posições mais partidárias. Já os deputados autoposicionados no centro e na centro-direita só não se fizeram representar na faixa zero de pontos: em ambos os casos, a maioria dos que responderam optou pelas posições mais individualistas (3,4 e 5), ainda que isso tenha ficado mais evidente para os de centro-direita (77,2% dos casos

contra 66,7% dos de centro) O único deputado autodeclarado de direita fez três pontos. O resumo dessa comparação está na tabela 8.

Tabela 8: posição declarada X disjuntiva partidarismo-individualismo								
		disjuntiva partidarismo-individualismo						total
		0	1	2	3	4	5	
posição declarada do parlamentar, categorizada	esquerda	5	6	3	1	0	0	15
		33,33%	40,00%	20,00%	6,67%	0,00%	0,00%	12,40%
	centro esquerda	4	10	8	9	5	2	38
		10,53%	26,32%	21,05%	23,68%	13,16%	5,26%	31,40%
	centro	0	4	11	12	12	6	45
		0,00%	8,89%	24,44%	26,67%	26,67%	13,33%	37,19%
	centro direita	0	1	4	9	6	2	22
		0,00%	4,55%	18,18%	40,91%	27,27%	9,09%	18,18%
	direita	0	0	0	1	0	0	1
		0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,83%
	total	9	21	26	32	23	10	121
		7,44%	17,36%	21,49%	26,45%	19,01%	8,26%	100,00%

Por fim, chega a hora de se cruzar a posição declarada do parlamentar categorizada entre esquerda e direita (variável de referência) com a posição verificada do parlamentar, com base nas três disjuntivas estudadas. Observando de forma agregada, percebe-se um deslocamento para direita: a maioria relativa dos parlamentares se declarou de centro (45, ou 37,19% dos entrevistados) ou de centro-esquerda (38; 31,4%), mas o campo verificado para a maioria dos deputados foi o da centro-direita, com 38 parlamentares, seguida do centro, com 36 respondentes (29,75%). Os campos de esquerda e de centro-direita apresentaram a maior coerência por parte dos parlamentares: dos quinze autoposicionados na esquerda, nove deles (60%) foram considerados de esquerda, quatro de centro-esquerda e os outros dois divididos entre centro e centro-direita; já 22 os autodeclarados de centro-direita, catorze (63,64%) repetiram o campo centro-direita na posição verificada, um foi considerado de direita e sete considerados de centro (desses, nenhum considerado de esquerda ou centro-esquerda). Dentre os 38 parlamentares que se colocaram no campo centro-esquerda, dezesseis confirmaram o campo, cinco foram encaixados como de esquerda, onze de centro e seis deputados apresentaram posição verificada incongruente com a autodeclarada, pois suas respostas os encaixaram no campo verificado de centro-direita.

Como informado acima, o único deputado autodeclarado de direita retornou o campo central na posição verificada. Para encerrar essa parte dos cruzamentos de dados, falta informar que ao se agregar os dados entre aqueles cuja posição verificada está à esquerda, à direita ou foi idêntica à declarada, a maioria relativa dos deputados tiveram como posição verificada a mesma da declarada (55 deputados, ou 45,45%). Outros 46 deputados (38,02%) foram enquadrados à direita de seu autoposicionamento, sobrando assim uma minoria (20 deputados, ou 16,53%) que foi posicionada à esquerda do campo declarado pelo entrevistado.

A Tabela 9 sintetiza os dados cruzados entre a posição declarada e a posição verificada do parlamentar, categorizados entre esquerda e direita.

Tabela 9: posição declarada X posição verificada							
		posição verificada do parlamentar, categorizada					total
		esquerda	centro esquerda	centro	centro direita	direita	
posição declarada do parlamentar, categorizada	esquerda	9	4	1	1	0	15
		60,00%	26,67%	6,67%	6,67%	0,00%	12,40%
	centro esquerda	5	16	11	6	0	38
		13,16%	42,11%	28,95%	15,79%	0,00%	31,40%
	centro	1	6	16	17	5	45
		2,22%	13,33%	35,56%	37,78%	11,11%	37,19%
	centro direita	0	0	7	14	1	22
		0,00%	0,00%	31,82%	63,64%	4,55%	18,18%
direita	0	0	1	0	0	1	
	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,83%	
	total	15	26	36	38	6	121
		12,40%	21,49%	29,75%	31,40%	4,96%	100,00%
posição verificada em relação à posição declarada		à esquerda		idêntica		à direita	
		20		55		46	
		16,53%		45,45%		38,02%	

4.4.2- Posição verificada por partidos e dados das disjuntivas cruzados entre si

Primeiramente, cabe verificar como ficou a posição verificada dos parlamentares separados por partidos. O PMDB apresentou a mesma tendência quando foram consideradas as posições autodeclaradas: maioria no campo centro (cinco deputados do PMDB com posição verificada nesse campo), mas com ligeira tendência à direita, já que outros cinco foram enquadrados como de centro-direita e um de direita, ao passo que três deputados peemedebistas foram considerados de centro-esquerda e um de esquerda. O Partido dos Trabalhadores (partido com maior número de entrevistados) foi o que apresentou mais deputados à esquerda (dez foram considerados de esquerda e oito de centro-esquerda, somando 18 dos 22 deputados petistas), contudo se nenhum dos deputados do partido do PT se autodeclarou à direita, na posição verificada pelo menos um deputado apresentou resultado que o coloca na centro-direita. Já os deputados do PSDB e do PSD ficaram, na maioria dos casos, no campo central, e nenhum dos parlamentares desses dois partidos foram enquadrados na esquerda ou na direita (aliás, como a maior parte dos partidos políticos representados). Os deputados do Democratas ficaram ainda mais à direita na posição verificada, se comparada com a posição declarada dos mesmos (dos seis deputados que foram considerados de direita, dois são do DEM, sendo que todos os deputados desse partido se colocaram no centro ou na centro-direita), e quase todos os parlamentares do PP, PR, PROS e Solidariedade (com exceção de um do PP) foram considerados de centro ou de centro-direita. Os números dessa comparação estão na tabela 10.

Tabela 10: posição verificada do parlamentar X partidos							
partido	esquerda	centro esquerda	centro	centro direita	direita	total	%
PMDB	1	3	5	5	1	15	12,40%
PTB	0	0	0	2	1	3	2,48%
PDT	1	1	0	3	0	5	4,13%
PT	10	8	3	1	0	22	18,18%
DEM	0	0	2	3	2	7	5,79%
PCdoB	2	1	0	0	0	3	2,48%
PSB	1	4	1	0	0	6	4,96%
PSDB	0	3	6	1	0	10	8,26%
PSC	0	0	0	3	0	3	2,48%
PMN	0	0	0	1	0	1	0,83%
PPS	0	2	0	0	0	2	1,65%
PV	0	1	1	0	0	2	1,65%
PTdoB	0	0	1	0	0	1	0,83%
PP	0	1	5	3	0	9	7,44%
PRB	0	0	1	1	1	3	2,48%
PSOL	0	1	0	0	0	1	0,83%
PR	0	0	3	3	0	6	4,96%
PSD	0	1	3	6	1	11	9,09%
PROS	0	0	3	2	0	5	4,13%
SDD	0	0	2	4	0	6	4,96%
total	15	26	36	38	6	121	
%	12,40%	21,49%	29,75%	31,40%	4,96%	100,00%	

Agora, passo para as comparações das disjuntivas entre si. Ao se cruzar os dados das três disjuntivas analisadas (Estado-mercado = EM; liberalismo-conservadorismo = LC; partidarismo-individualismo = PI), pode-se perceber uma congruência entre as disjuntivas LC e as outras duas, e uma volatilidade maior quando cruzamos os dados da disjuntiva PI com a disjuntiva EM. Em suma, apesar de verificada alguma incongruência entre as disjuntivas PI e EM, e de também de existir posições discrepantes de alguns deputados dentro da mesma disjuntiva, esses casos foram exceções e, no cômputo geral, os dados indicam a confirmação de minha hipótese.

A primeira comparação é entre as disjuntivas Estado-mercado e liberalismo-conservadorismo. Os doze políticos entrevistados e incluídos no campo da direita na disjuntiva EM aparecem igualmente distribuídos entre os campos centro-esquerda, centro, centro-direita e direita na disjuntiva LC (três em cada campo citado). Os

dezenove deputados tidos como de centro-direita na disjuntiva EM assumiram também posições mais conservadoras e foram, quase todos (89%), encaixados entre o centro e a direita na disjuntiva LC (cinco no centro, oito na centro-direita e quatro na direita), dois deles, porém, se mostraram mais liberais (um na esquerda e um na centro-esquerda). Os 23 deputados mais estatistas foram os que mais se revelaram liberais, com 56,5% nas duas posições menos conservadoras. Mas oito dos deputados de centro-esquerda na disjuntiva EM (34,78%) revelaram-se menos liberais (de centro-direita na disjuntiva LC), ainda que nenhum deles tenha tido como resultado posição mais conservadora. Todavia, talvez o mais importante a se destacar nessa comparação é a existência de uma relação entre as duas disjuntivas: apenas 23,9% dos 46 deputados mais estatistas podem ser encontrados nas duas posições mais conservadoras da disjuntiva LC – posições que, do outro lado, são ocupadas por 58,09% dos 31 deputados mais pró-mercado. A tabela 11 sintetiza a comparação.

Tabela 11: Estado-mercado x liberalismo-conservadorismo							
		disjuntiva liberalismo-conservadorismo					total
		esquerda	centro esquerda	centro	centro direita	direita	
disjuntiva Estado-mercado	esquerda	6	7	7	3	0	23
		26,09%	30,43%	30,43%	13,04%	0,00%	19,01%
	centro esquerda	2	3	10	8	0	23
		8,70%	13,04%	43,48%	34,78%	0,00%	19,01%
	centro	2	11	17	13	1	44
		4,55%	25,00%	38,64%	29,55%	2,27%	36,36%
	centro direita	1	1	5	8	4	19
		5,26%	5,26%	26,32%	42,11%	21,05%	15,70%
	direita	0	3	3	3	3	12
		0,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	9,92%
	total	11	25	42	35	8	121
		9,09%	20,66%	34,71%	28,93%	6,61%	100,00%

As outras duas comparações possíveis são entre a disjuntiva partidarismo-individualismo (PI) e as outras duas (EM e LC). A primeira comparação a ser feita é entre as disjuntivas liberalismo-conservadorismo e partidarismo-individualismo. Observando a tabela 12, há uma relação, ainda mais clara do que na comparação anterior, entre as posições nas duas disjuntivas: de um lado, apenas 16,67% dos 36 deputados situados nas duas posições mais liberais (posições de centro e centro-esquerda na disjuntiva LC) assumiram posturas mais individualistas (posições 3, 4 e 5);

e do outro lado do espectro, estas mesmas posições foram assumidas por 72,09% dos 43 parlamentares mais conservadores. Enquanto isso, os entrevistados que obtiveram posições intermediárias na disjuntiva LC gravitam em torno da posição de número três do eixo PI. A tabela 12 segue abaixo:

Tabela 12: liberalismo-conservadorismo X partidarismo-individualismo								
		disjuntiva partidarismo-individualismo						total
		0	1	2	3	4	5	
disjuntiva liberalismo- conservadorismo	esquerda	3	5	2	1	0	0	11
		27,27%	45,45%	18,18%	9,09%	0,00%	0,00%	9,09%
	centro esquerda	4	6	10	0	5	0	25
		16,00%	24,00%	40,00%	0,00%	20,00%	0,00%	20,66%
	centro	1	6	7	17	9	2	42
		2,38%	14,29%	16,67%	40,48%	21,43%	4,76%	34,71%
	centro direita	1	3	6	13	7	5	35
		2,86%	8,57%	17,14%	37,14%	20,00%	14,29%	28,93%
	direita	0	1	1	1	2	3	8
		0,00%	12,50%	12,50%	12,50%	25,00%	37,50%	6,61%
	total	9	21	26	32	23	10	121
		7,44%	17,36%	21,49%	26,45%	19,01%	8,26%	100,00%

Resta, ainda, comparar a disjuntiva Estado-mercado (EM) com a disjuntiva partidarismo-individualismo (PI), e nesse caso a dispersão é maior que nas vezes anteriores e a relação entre as posições assumidas pelos deputados nas duas disjuntivas não é tão clara. Os dois grupos de deputados mais pró-mercado, posições de direita e centro-direita na disjuntiva EM, foram também os grupos nos quais foi menor a proporção de respondentes com posições partidárias (posições 0, 1 e 2): 26,32% entre os de centro-direita e 33,33% entre os de direita. Dos doze parlamentares de direita para EM, um fez a pontuação máxima (cinco pontos), quatro pontuaram quatro vezes, três pontuaram três e outros três pontuaram duas vezes, e um deputado de direita pontuou uma vez. Dentre os dezenove de centro-direita, a maior parte pontuou quatro (sete parlamentares) e três vezes (quatro parlamentares), três deles fizeram cinco e três pontos, e um pontuou uma e nenhuma vez. Já a grande maioria dos 23 deputados mais estatistas (campo esquerda na disjuntiva EM) mostrou-se mais partidário e 78,26% ficaram entre as posições 0, 1 e 2 (cinco desses parlamentares pontuaram zero e duas vezes, e oito parlamentares pontuaram uma vez). Três deputados pontuaram três vezes,

um deputado quatro vezes e outro cinco, revelando uma minoria com posições mais individualistas. Mas as respostas dos deputados de centro-esquerda na disjuntiva EM (deputados considerados estatistas) não revelaram um grupo com inclinação partidária: apenas 39,13% desses deputados foram classificados nas posições mais partidárias (0, 1 e 2), distribuição não muito distante da observada para a direita e centro-direita. Inclusive, a distribuição dos que assumiram campo centro-esquerda na disjuntiva EM revelou-se indicadora de maior individualismo, se comparada com a distribuição dos deputados de centro (45,45% dos deputados de centro na disjuntiva EM foram classificados na posições 0, 1 e 2). Esses 44 deputados de centro na disjuntiva EM foram ainda os que apresentaram maior dispersão: mais da metade ficou na faixa dos dois (onze parlamentares) e três pontos (treze parlamentares); dois não tiveram pontos e sete pontuaram uma vez, sendo que do outro lado oito parlamentares fizeram quatro pontos e três pontuaram cinco vezes. A tabela 13 sintetiza esses resultados.

Tabela 13: disjuntiva Estado-mercado X disjuntiva partidário-individualismo								
		disjuntiva partidário-individualismo						total
		0	1	2	3	4	5	
disjuntiva Estado-mercado	esquerda	5	8	5	3	1	1	23
		21,74%	34,78%	21,74%	13,04%	4,35%	4,35%	19,01%
	centro esquerda	1	4	4	9	3	2	23
		4,35%	17,39%	17,39%	39,13%	13,04%	8,70%	19,01%
	centro	2	7	11	13	8	3	44
		4,55%	15,91%	25,00%	29,55%	18,18%	6,82%	36,36%
	centro direita	1	1	3	4	7	3	19
		5,26%	5,26%	15,79%	21,05%	36,84%	15,79%	15,70%
	direita	0	1	3	3	4	1	12
		0	8,33%	25,00%	25,00%	33,33%	8,33%	9,92%
	total	9	21	26	32	23	10	121
		7,44%	17,36%	21,49%	26,45%	19,01%	8,26%	100,00%

5- CONCLUSÃO

Os dados obtidos com o *survey* realizado pelo Centro de Estudos do Legislativo (UFMG) em 2014 com os deputados, e manipulados nesse trabalho, indicam congruência entre a posição declarada do deputado e aquela que se pode verificar empiricamente, ainda que com alguma ressalva. Na maioria das vezes, ou a posição verificada do parlamentar era a mesma autodeclarada, ou era alguma adjacente. Quando direcionamos nossa lupa para as perguntas de cada disjuntiva e as respectivas respostas, percebemos – quando comparamos a posição autodeclarada com a resposta dada – que houve casos onde esta última variava de forma independente da primeira. Mas esses casos foram minoritários. Os dados gerais indicam que, nas disjuntivas Estado-mercado e liberalismo-conservadorismo, temos correspondência entre a posição declarada e o que se espera a partir dessa posição, porém na disjuntiva partidarismo-individualismo a correspondência não é tão nítida, muito por conta do comportamento errático dos deputados autodeclarados de centro-esquerda. E quando cruzamos os dados das disjuntivas entre si, essa lógica fica mais clara ainda: convergência entre as disjuntivas LC e as outras duas, e alguma divergência entre as disjuntivas PI e EM. Ou seja, quando um deputado diz ser de esquerda, ele provavelmente vai preferir um protagonismo maior do Estado na economia, ser mais liberal politicamente falando e sua atuação com parlamentar tende a ser mais partidarista, ao passo que o deputado que diz ser de direita terá grandes chances de ser pró-mercado, de ser um conservador político e de ser individualista na suas ações como congressista.

Os dados agregados também confirmam, ainda que de forma atenuada, a ocorrência do fenômeno da Direita Envergonhada, que consiste na “(...) tendência de parlamentares brasileiros se declararem à esquerda de onde ‘realmente’ estão localizados” (ZUCCO JR, 2011. Pág. 43). Apesar de não ser uma exclusividade dessas terras, no caso brasileiro esse fenômeno pode ser explicado pela ligação que a direita teve com o período de ditadura militar (1964-1985): na pós-ditadura, os políticos procuraram transmitir, para a população, uma imagem de distanciamento com aqueles indivíduos ou instituições que contribuíram, diretamente ou indiretamente, com o Regime Militar, o que levou muitos desses políticos a se colocarem como de centro ou de centro-esquerda, como forma de evitar qualquer ligação com a ditadura (ainda que essa ligação tenha ocorrido no passado). Exemplo disso é o partido Democratas (DEM),

que, nos anos 1980 , tratou de se desvincular do antigo regime assumindo um rótulo liberal (PFL – Partido da Frente Liberal) para depois chegar à atual designação.

Na posição declarada, a maioria se encaixou no campo central (posições 05 e 06), e a segunda maioria ficou no campo da centro-esquerda. Já na posição verificada a maioria foi considerada de centro-direita, enquanto que a segunda maioria ficou no centro. Cruzando posição declarada com posição verificada, quase metade (45,45%) teve o campo verificado idêntico ao declarado, e outra boa parte (38,02%) teve campo verificado à direita do declarado. Outro dado que mostra a Direita Envergonhada surge quando somamos dois campos adjacentes. A soma dos campos centro-direita e direita tem apenas 23 deputados na posição declarada (um de direita e 22 de centro), ao passo que 44 parlamentares tiveram como campo verificado de direita ou de centro-direita (38 de centro-direita e seis de direita). Entretanto, apesar da inversão de tendência entre posição autodeclarada e posição verificada (tendência para esquerda na posição autodeclarada; tendência para direita na posição verificada), o que temos é uma maioria de parlamentares sendo coerentes entre o declarado e o verificado, e ainda que a maioria não tenha repetido o campo autodeclarado no campo verificado (como dito acima), poucos foram os casos em que o deputado não tenha tido como resultado para o campo verificado um campo pelo menos adjacente ao campo autodeclarado (quinze parlamentares dos 121 entrevistados, ou 12,39%). Essa comparação dos dados gerais já esboça uma confirmação de minha hipótese.

Quando comparados o campo declarado com os resultados obtidos para as disjuntivas separadamente, já percebemos alguma discrepância, ao menos em relação a uma das disjuntivas. A disjuntiva que menos apresentou tendência para um lado ou para o outro foi a PI, porém essa disjuntiva é a que apresenta mais opções para se encaixar os entrevistados, logo faz sentido ser a disjuntiva que teve resultados mais diluídos. Se separarmos as seis opções de resposta de forma dicotômica (0, 1 e 2 = ação partidarista; 3, 4 e 5 = ação individualista), o que temos é uma maioria individualista (56 considerados partidaristas, e 65 considerados individualistas), apesar da maioria autodeclarada à esquerda, contudo essa maioria mais individualista se deve por conta dos dois terços dos 45 autodeclarados de centro terem feito três ou mais pontos. Os deputados autodeclarados no lado direito apresentaram comportamento um tanto errático, mas os deputados autodeclarados de esquerda acabaram por confirmar a hipótese de que deputados de esquerda são mais partidaristas em suas ações, pois a

maioria absoluta dos autodeclarados de esquerda ou centro esquerda (67,92%) fez dois ou menos pontos, e apenas sete deputados autodeclarados de centro-esquerda (nenhum autodeclarado de esquerda) pontuaram quatro ou cinco vezes.

Na comparação posição declarada com a disjuntiva Estado-mercado, há uma ligeira tendência para a esquerda, muito provavelmente por causa da alta fidelidade dos deputados autodeclarados do lado esquerdo do espectro. Dos 53 deputados autodeclarados de esquerda ou centro-esquerda, apenas sete (13,2%) foram encaixados em campos não contíguos nessa disjuntiva. O mesmo ocorre com os 22 autodeclarados de centro-direita, ainda que quase a metade (dez) tenha apresentado resultados que os colocaram no campo central para a disjuntiva EM (ou seja, um campo à esquerda do autodeclarado), enquanto que o único autodeclarado de direita foi posicionado no campo central. Os 45 autodeclarados de centro apresentaram os dados mais espalhados para a disjuntiva EM, mas a ampla maioria foi encaixada nos campos centrais.

Já a comparação posição declarada com a disjuntiva liberalismo-conservadorismo segue a mesma lógica da comparação posição declarada *versus* posição verificada: concentração no campo central, com tendência para a direita. Mas talvez tenha sido essa disjuntiva a que apresentou resultados mais próximos de confirmar minha hipótese! Os deputados de esquerda e centro-esquerda apresentaram opiniões mais liberais, ao passo que a grande maioria dos deputados de centro-direita apresentou opiniões mais conservadoras, sendo que o que definiu a tendência para a direita foi o fato de que a maioria dos autodeclarados de centro (23 de 45) terminou alocado nos campos conservadores (direita e centro-direita).

Quando cruzamos os resultados das disjuntivas entre si, percebemos alguma incongruência entre a disjuntiva partidarismo-individualismo e Estado-mercado, mas surge também uma conformação interessante entre as disjuntivas liberalismo-conservadorismo e as outras duas. Pegando como referência a disjuntiva PI, os deputados encaixados como de esquerda (seja na disjuntiva EM, seja na LC) apresentaram resultados mais partidaristas, e a maioria absoluta dos deputados encaixados na posição central nessas disjuntivas resultaram dois ou três pontos na disjuntiva PI. A incongruência surge com os deputados considerados de centro-esquerda para a disjuntiva EM, pois seus resultados na disjuntiva PI indicam tendência para o individualismo. Por outro lado, na comparação das disjuntivas EM e LC entre si, há

clara relação entre as disjuntivas, o que significa dizer que, no caso dos parlamentares brasileiros, deputados pró-Estado são mais liberais do ponto de vista político, enquanto que deputados pró-mercado tendem a ser conservadores (com ressalva para os doze deputados considerados de direita na disjuntiva EM, pois metade deles retornaram resultados mais liberais na disjuntiva LC).

Há, claro, situações muito díspares! Como um deputado que, na disjuntiva EM foi considerado de esquerda, mas que na disjuntiva PI teve como resultado o mais individualista possível. Quando verificamos as perguntas selecionadas para cada disjuntiva e as respostas a essas perguntas, outras incongruências aparecem. Exemplo disso é o deputado cujo questionário é o de número 17: esse deputado, do PR de São Paulo, na disjuntiva liberalismo-conservadorismo, é muito conservador em alguns casos (a favor da redução da maioria penal e contra a legalização das drogas e do aborto, e da proibição das armas de fogo) e muito liberal em outros (a favor da união civil entre pessoas do mesmo sexo e contra a pena de morte), sempre escolhendo as opções 01 ou 10. Outro caso interessante é do parlamentar de questionário número 71: apesar de ser do PT baiano, ter-se colocado o mais à esquerda possível no espectro ideológico (escolheu a opção 01 na questão 64), e ser a favor de uma economia mais regulada pelo Estado (escolheu a opção 03 na questão 28, sobre regulação da economia), ele é totalmente pró-mercado nas questões da prestação de serviço público (questão 29) e no controle dos recursos naturais (questão 30). Esses casos não são a maioria encontrada nessa pesquisa, mas é interessante não ignorá-los completamente. Outro ponto importante são os resultados da variável de controle (questão 18) no qual o parlamentar deveria dar uma nota de 01 e 10 para nove figuras políticas. Os resultados dessa variável mostra que os deputados conhecem, de maneira relativamente clara, as definições da diáde esquerda-direita, mas que também pode ser melhorada.

Todavia, essas situações díspares são minoritárias, devendo ser tratadas como exceções que são. Tendo em mente os dados analisados, a conclusão que chego é que minha hipótese foi confirmada, ainda que com alguma ressalva: os parlamentares brasileiros que se declaram de esquerda são, normalmente, a favor de um maior protagonismo do Estado nas relações econômicas, liberais politicamente e suas ações enquanto congressistas tendem a ser mais partidárias; enquanto que os deputados autodeclarados de direita são pró-mercado, conservadores na esfera política e são particularistas em suas ações como deputados, na grande maioria das vezes.

A tendência de um sistema político moderado, girando em torno do centro, vai se solidificando. Se a confirmação de minha hipótese estiver correta, a Câmara dos Deputados é formada por uma maioria de centro-direita, mas com a centro-esquerda bem representada. Essa tendência para o centro de nossos políticos já indica que a ideologia política vem, efetivamente, perdendo força pra influenciar as decisões dos agentes públicos, isso se é que ela algum dia teve alguma influência nessas terras. Por outro lado, os dados desse trabalho e os acontecimentos que ocorreram no tempo intermediário entre a pesquisa feita em 2014 e o momento atual levam-me a questionar se a direita vai continuar envergonhada, ou vai finalmente se assumir direita, aproveitando-se da péssima imagem que a esquerda brasileira passou a ter após o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, depois de treze anos da esquerda no poder. A próxima pesquisa a ser realizada com os deputados será muito importante para responder essa questão.

Se a ideologia política vai continuar perdendo força para influenciar nossos agentes políticos, essa é uma pergunta que só pesquisas futuras dirão. Mas, ao contrário do que o senso comum pode dizer sobre os parlamentares brasileiros (muito em função da péssima imagem que a classe política brasileira tem, junto à população), as posições ideológicas declaradas dos deputados federais brasileiros são (em sua maioria) coerentes com suas opiniões e forma de agir. Ao menos disso – incoerência ideológica – eles não podem ser acusados!

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. O balanço do Neoliberalismo. (In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.).

BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política (trad. Marco Aurélio Nogueira) - São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1995.

MADEIRA, Rafael; TAROUÇO, Gabriela. Partido, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. IN: Revista de Sociologia e Política, v. 21, nº 45: 149-165. Mar. 2013.

MELO, Carlos Ranulfo. Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados. IN: Revista Dados, vol. 43, número 2. 2000.

MELO, Carlos Ranulfo. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. IN: MELO, Carlos Ranulfo e ALCANTARA, Manuel (eds.), A DEMOCRACIA BRASILEIRA: BALANÇO E PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO 21. Editora da UFMG, 2007.

MELO, Carlos Ranulfo. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário brasileiro. IN: Revista Brasileira de Ciência Política, número 4. Brasília, julho-dezembro de 2010, pag. 13-41.

MELO, Carlos Ranulfo. Avaliando vínculos entre partidos e deputados nas Assembleias Legislativas brasileiras. IN: Opinião Pública, vol. 21, nº 2. Campinas, agosto 2015.

ZUCCO JR., Cesar. Esquerda, direita e governo. IN: O Congresso por Ele Mesmo. UFMG. 2011.

7- ANEXOS

7.1- Perguntas utilizadas e respostas agregadas

Autoposicionamento do parlamentar (questão 64)

[P64]. Como já foi dito anteriormente, quando se fala de política se utiliza normalmente as expressões esquerda e direita. Levando em conta as suas ideias políticas, onde o(a) Sr.(a) se posicionaria na escala seguinte, onde 1 indica “esquerda” e 10, “direita”.

Esquerda					Direita				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

A- N.S. 98 N.R. 99

Variável de controle (questão 18)

[P18]. Nesta mesma escala, onde você situaria os seguintes políticos ou personalidades?

Dilma Roussef

Esquerda					Direita				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

N.S. 98 N.R. 99

Angela Merkel

Esquerda					Direita				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

N.S. 98 N.R. 99

Evo Morales

Esquerda					Direita				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

N.S. 98 N.R. 99

Juan Manuel Santos

Esquerda					Direita				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

N.S. 98 N.R. 99

Nicolás Maduro

Esquerda

Direita

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

N.S. 98 N.R. 99

Barack Obama

Esquerda

Direita

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

N.S. 98 N.R. 99

Cristina Kirschner

Esquerda

Direita

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

N.S. 98 N.R. 99

Michelle Bachelet

Esquerda

Direita

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

N.S. 98 N.R. 99

O PAPA Francisco I

Esquerda

Direita

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

N.S. 98 N.R. 99

Disjuntiva Estado-mercado (questões 28, 29 e 30)

[P28]. No debate econômico sobre modelos de regulação, o(a) Sr(a) poderia me dizer se é mais favorável a uma economia regulada pelo Estado ou pelo mercado? Utilize a seguinte escala de 1 a 10, onde 1 indica “máxima presença do Estado na economia” e 10, “máxima liberdade para o mercado”.

Estado

Mercado

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

N.S. 98 N.R. 99

[P29]. Falando sobre a prestação dos serviços públicos, qual é, na opinião do(a) Sr(a), o nível de controle que o Estado deve ter sobre a gestão de serviços públicos como água, eletricidade ou transporte, dentre outros. Utilize para isso a escala que vai de "1", os serviços públicos devem ser prestados e gerenciados pelo Estado, a "10", os serviços públicos devem ser prestados e gerenciados por empresas privadas.

Estado

Mercado

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

N.S. 98 N.R. 99

[P30]. Na opinião do(a) Sr(a), que nível de controle o Estado deve ter sobre os recursos naturais como gás, petróleo ou os minerais? Utilize para isso a escala que varia de 1 a 10, onde "1" significa que os recursos naturais devem ser explorados e gerenciados pelo Estado e "10" que os recursos naturais devem ser explorados e gerenciados por empresas privadas.

Estado

Mercado

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

N.S. 98 N.R. 99

Tabela 14: perguntas relativas à disjuntiva Estado-mercado											
questão	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>5</u>	<u>6</u>	<u>7</u>	<u>8</u>	<u>9</u>	<u>10</u>	
	<<<		a favor			<<<	>>>	contra		>>>	total
28	6	6	15	8	24	10	15	14	6	16	120
29	19	3	20	15	20	9	11	9	3	9	118
30	26	7	16	13	21	7	11	7	2	9	119

Disjuntiva liberalismo-conservadorismo (questão 70)

[P70]. Agora vou enumerar uma série de temas debatidos na sociedade brasileira. Utilize a escala a seguir, onde 1 significa a favor e 10 significa contra:

Redução da maioria penal

A favor

Contra

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

98. N.S 99. N.R.

União civil de pessoas do mesmo sexo

A favor

Contra

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

98. N.S 99. N.R.

Pena de morte

A favor

Contra

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

98. N.S 99. N.R.

Descriminalização do uso de drogas

A favor

Contra

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

98. N.S 99. N.R.

Proibição de venda de armas de fogo

A favor

Contra

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

98. N.S 99. N.R.

Legalização do aborto

A favor

Contra

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

98. N.S 99. N.R.

Tabela 15: perguntas relativas à disjuntiva liberalismo-conservadorismo											
questão 70	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>5</u>	<u>6</u>	<u>7</u>	<u>8</u>	<u>9</u>	<u>10</u>	
	<<<			a favor		<<<	>>>	contra		>>>	total
redução maiorid. penal	42	6	13	10	9	3	3	6	3	26	121
união civil mesmo sexo	39	5	7	11	20	4	6	5	3	16	116
pena de morte	5	0	2	1	10	4	3	8	8	78	119
descriminalização drogas	8	3	6	6	14	4	8	10	6	53	118
proibição armas fogo	27	8	7	8	22	4	4	4	5	32	121
legalização aborto	15	2	5	7	17	3	5	7	6	52	119

Disjuntiva partidarismo-individualismo (questões 09, 11, 22, 23 e 25)

[P9]. Mantido o sistema de representação proporcional, qual o(a) Sr.(a) acredita ser o mais adequado tipo de lista para as eleições legislativas no Brasil?

Lista aberta, como é hoje;	01
Lista preordenada pelo partido e flexível;	02
Lista preordenada pelo partido e fechada;	03
(NÃO PERGUNTAR) Outro tipo de lista, qual? _____	04
N.S	98
N.R	99

[P11]. No que se refere ao financiamento das campanhas eleitorais, o(a) Sr(a) considera que é necessário:

Instituir o financiamento privado exclusivo;	01
Manter o sistema de financiamento misto (público e privado), sem restrições;	02
Manter o sistema misto (público e privado), mas com um teto para os gastos;	03
Manter o sistema misto (público e privado), sem permissão de contribuição de pessoas jurídicas;	04
Instituir o financiamento público exclusivo;	05
N.S	98
N.R	99

[P22]. O tema da disciplina partidária suscita tradicionalmente opiniões muito variadas. Com qual das afirmações a seguir o(a) Sr(a) concorda mais?

Dever-se-ia exigir a disciplina em votações sempre que o partido tiver definido sua posição	01
Dever-se-ia permitir sempre que cada Deputado vote de acordo com sua própria opinião	02
(NÃO LER) Alguns temas deveriam estar sujeitos à disciplina partidária e outros não	03
N.S	98
N.R	99

[P23]. Há situações em que um deputado, eleito por determinado partido político, decide se desvincular desta legenda. Na opinião do(a) Sr(a), o que seria mais correto?

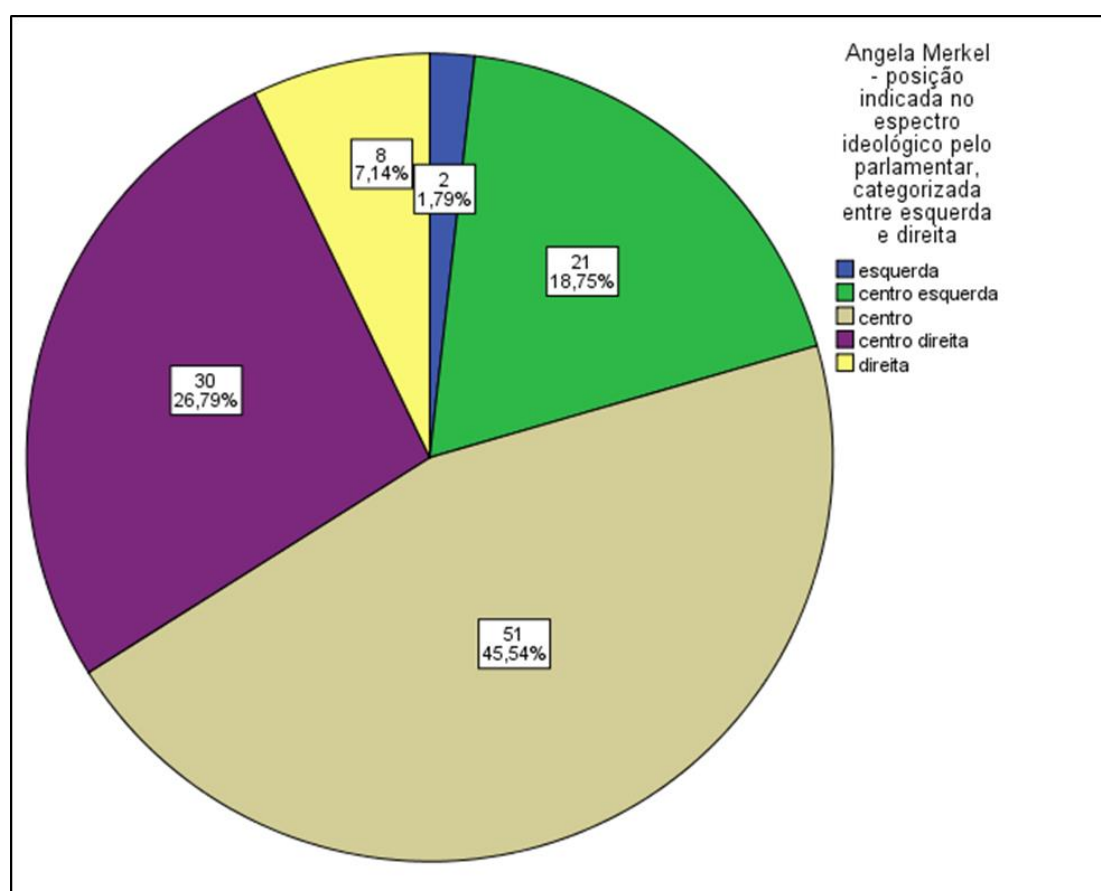
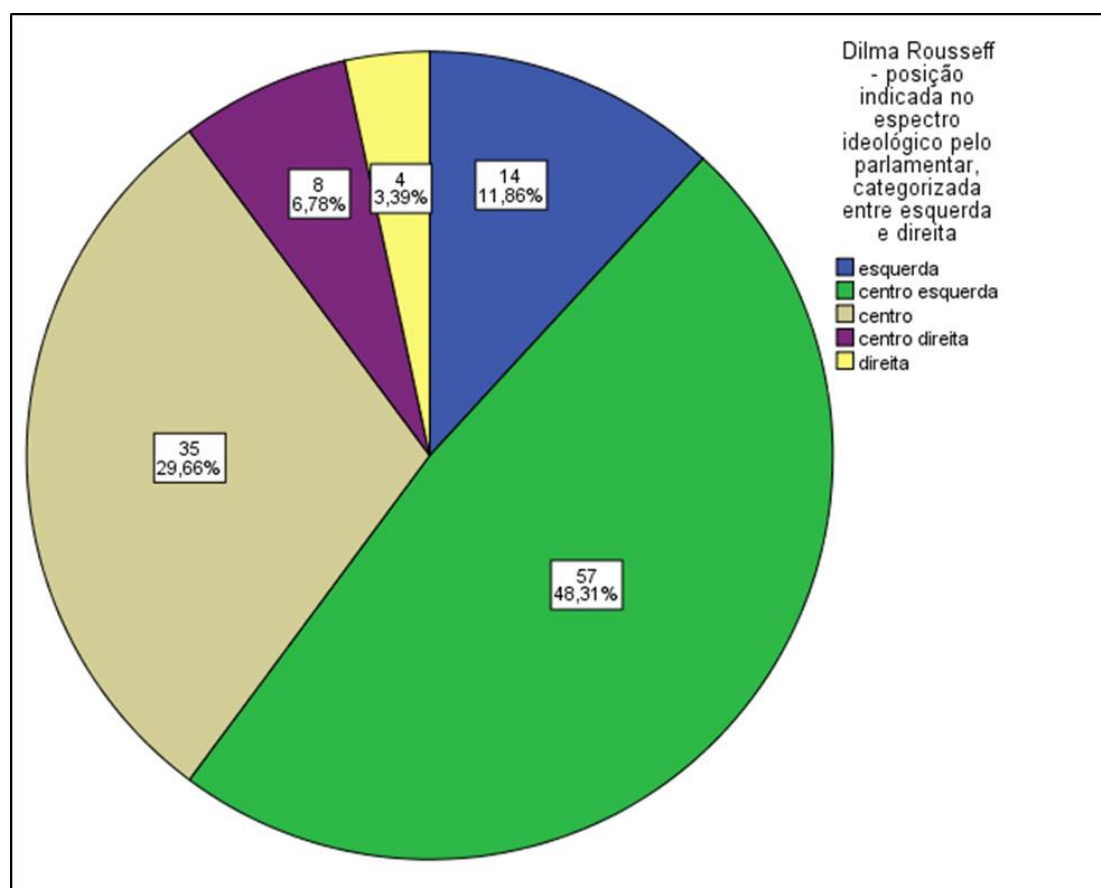
Voltar à situação anterior, que permitia a mudança de partido sem risco de perda de mandato.	01
Criar uma “janela”, possibilitando a mudança de partido um ano antes do pleito.	02
Manter a decisão do TSE, permitindo ao partido solicitar o mandato de quem se desligue da legenda.	03
N.S	98
N.R	99

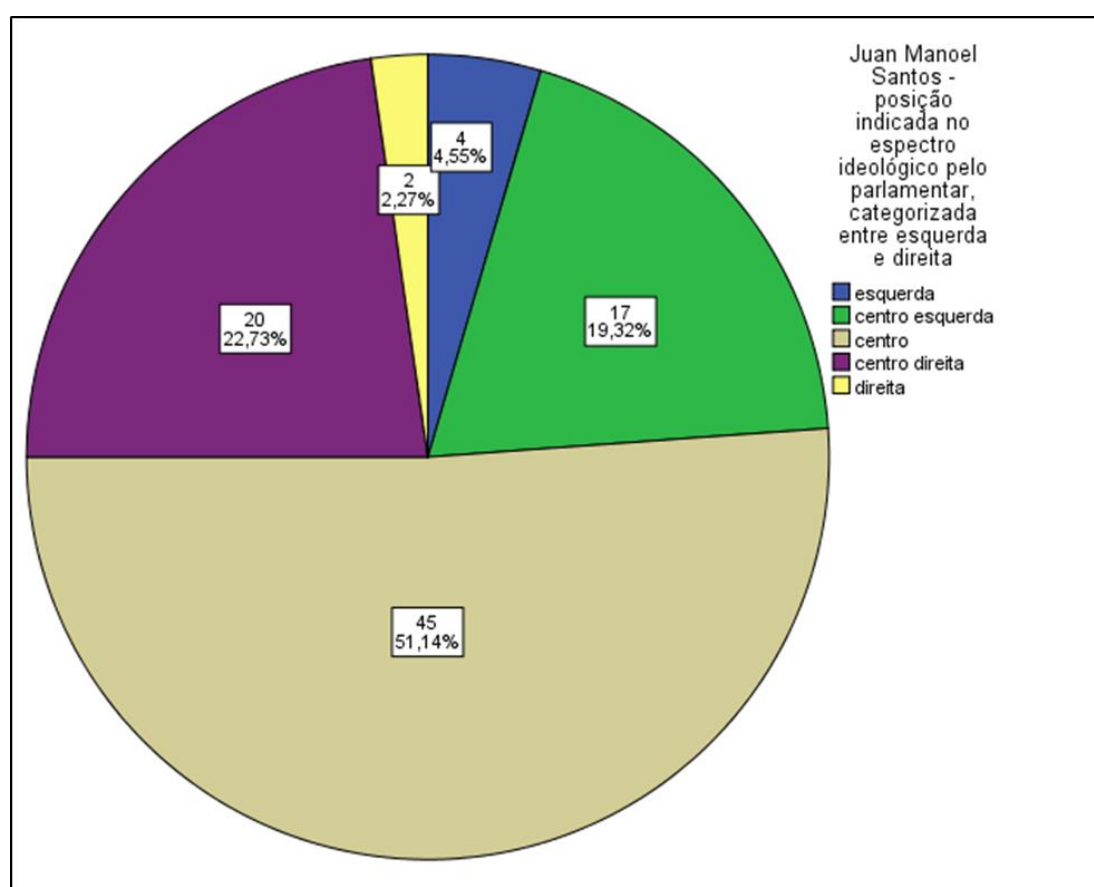
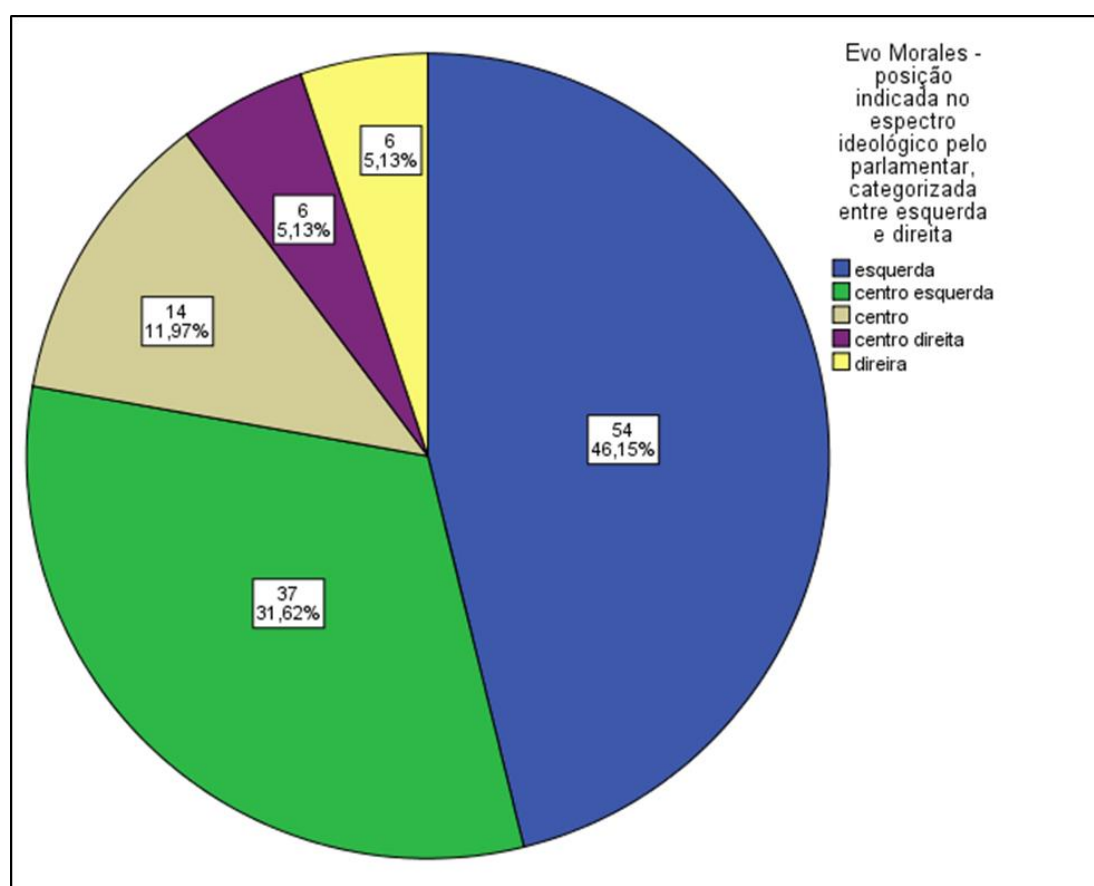
[P25]. Quando há um conflito entre os interesses de seu estado e as posições de seu partido político, como o(a) Sr.(a) costuma votar?

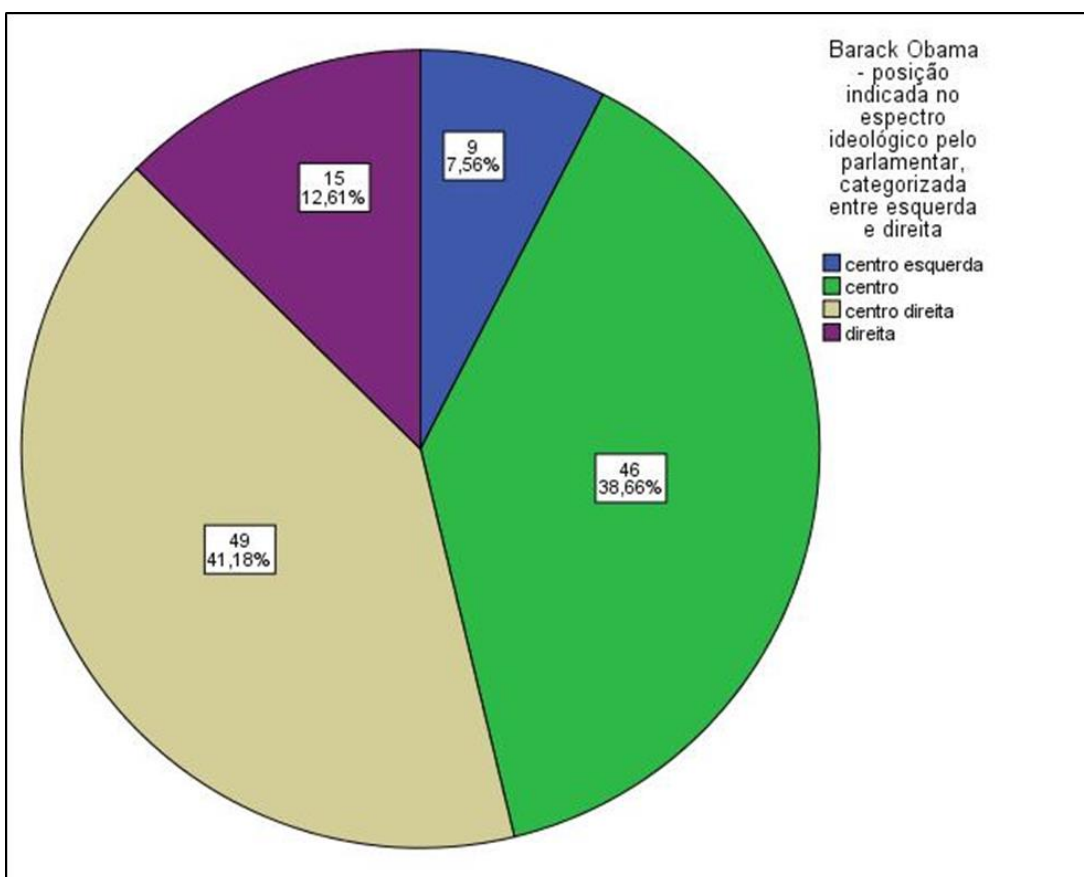
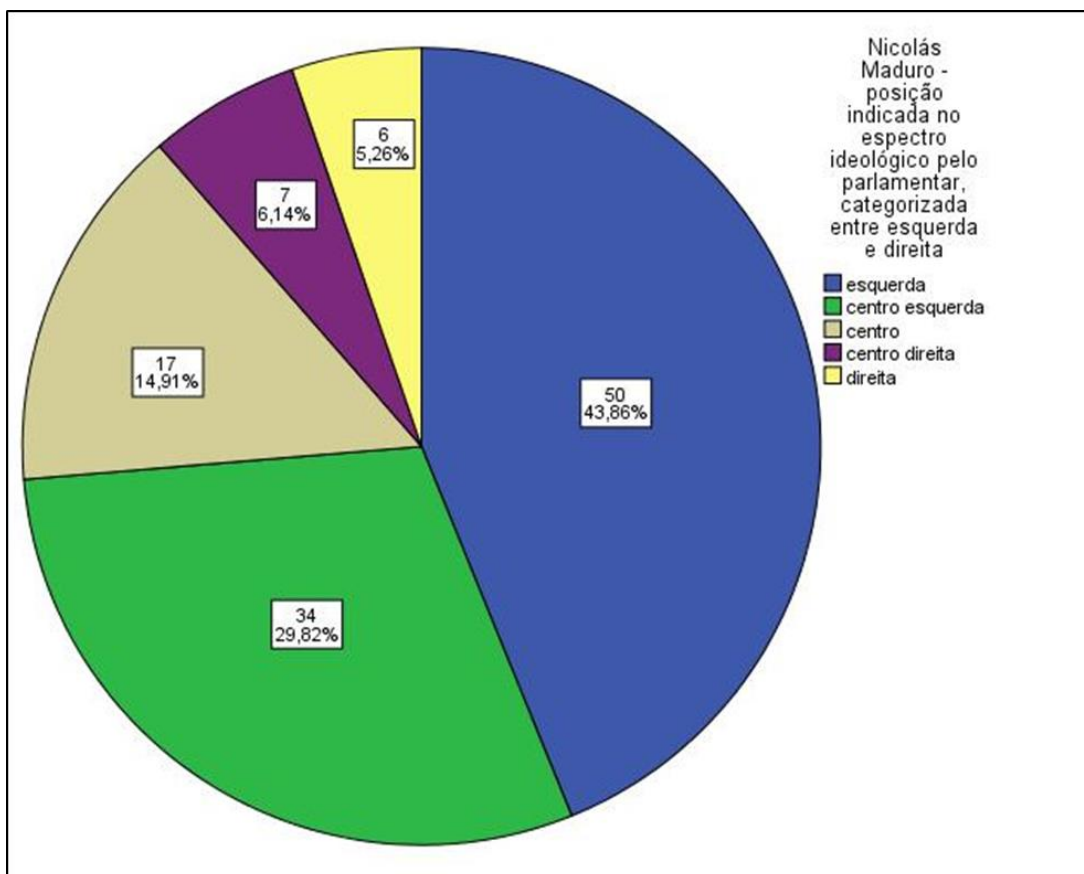
Sempre com o partido	01
Sempre de acordo com os interesses do estado	02
(NÃO LER) Abstém-se na votação	03
(NÃO LER) Não comparece à votação	04
(NÃO LER) Depende dos temas	05
N.S.A (não há conflito)	97
N.S	98
N.R	99

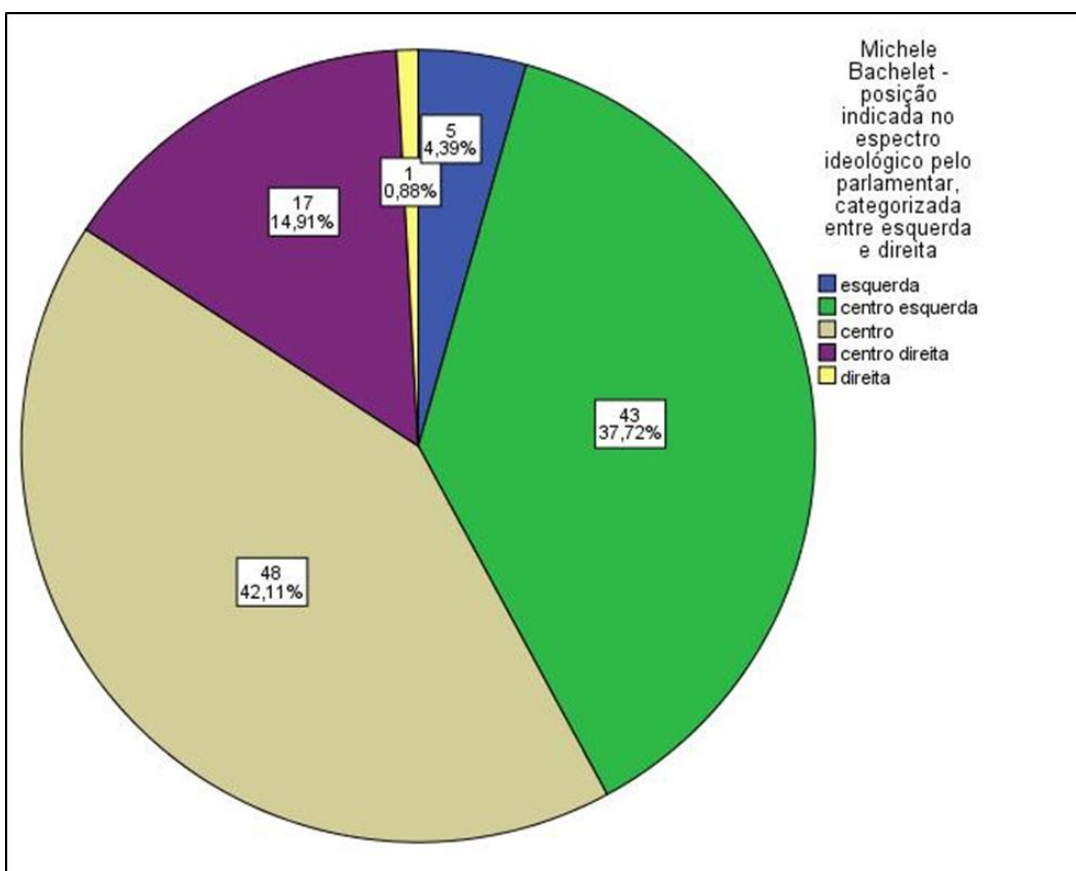
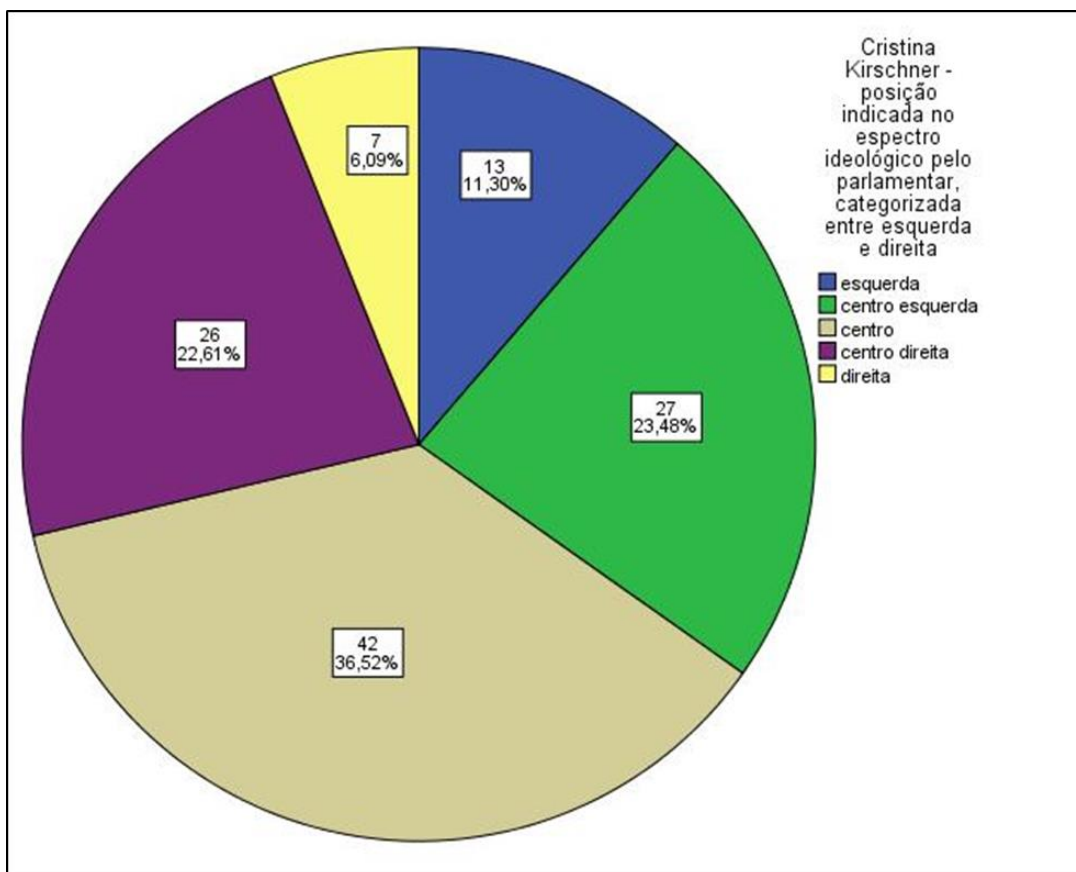
Tabela 16: perguntas relativas à disjuntiva partidarismo-individualismo						
questão	1	2	3	4	5	total
9	70	28	15	6	-	119
11	8	24	36	8	45	121
22	69	34	17	-	-	120
23	11	57	52	-	-	120
25	26	66	0	0	24	116

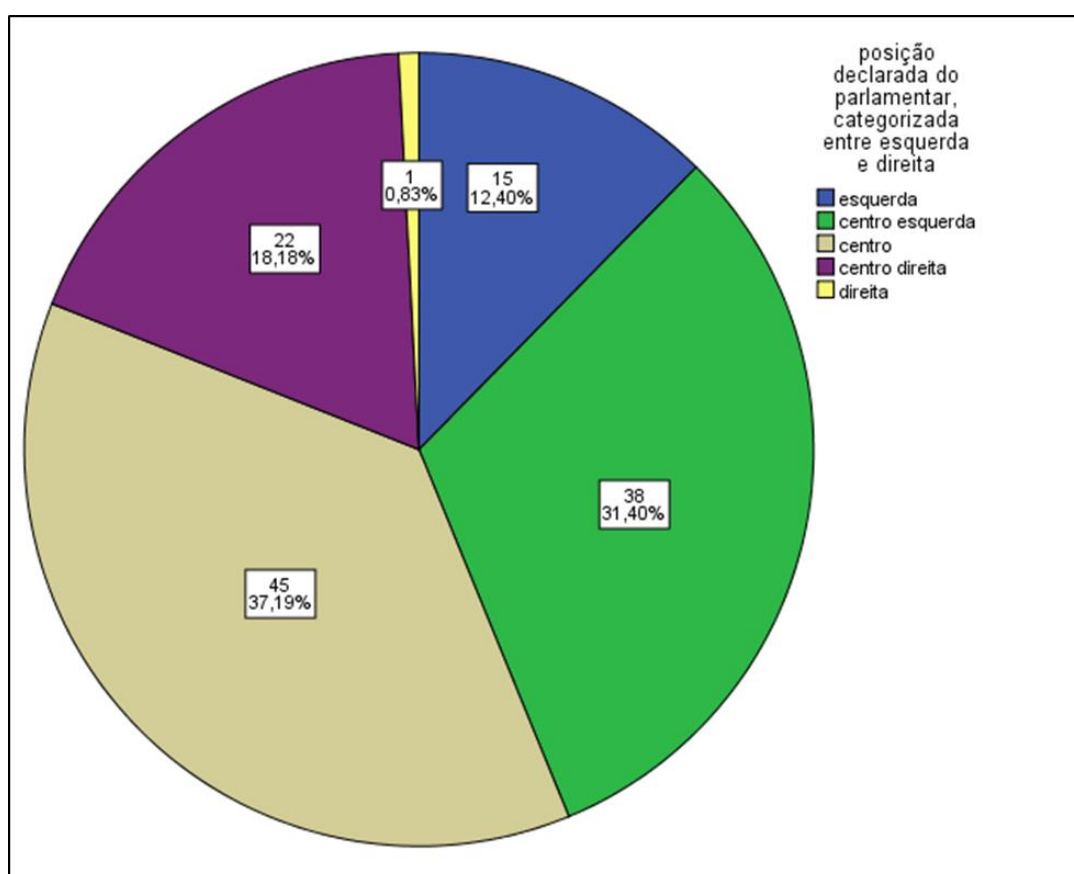
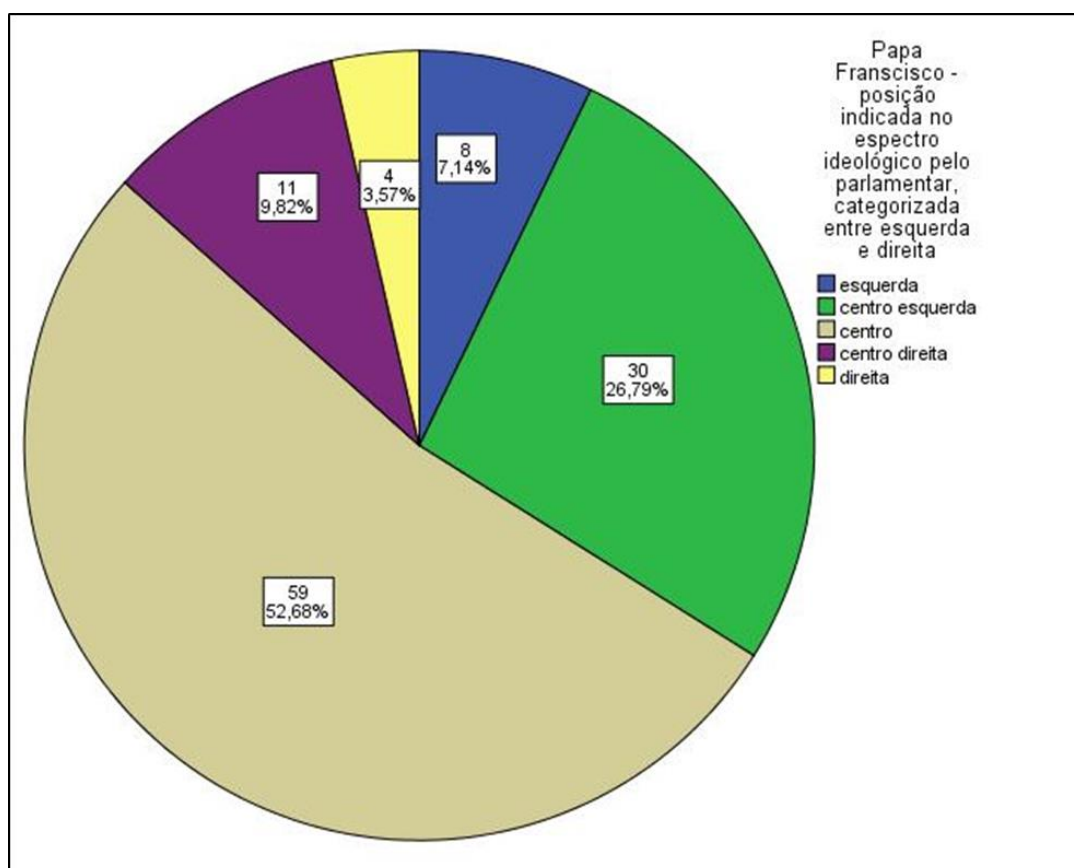
7.2- Gráficos pizza (questão 18 e variáveis)

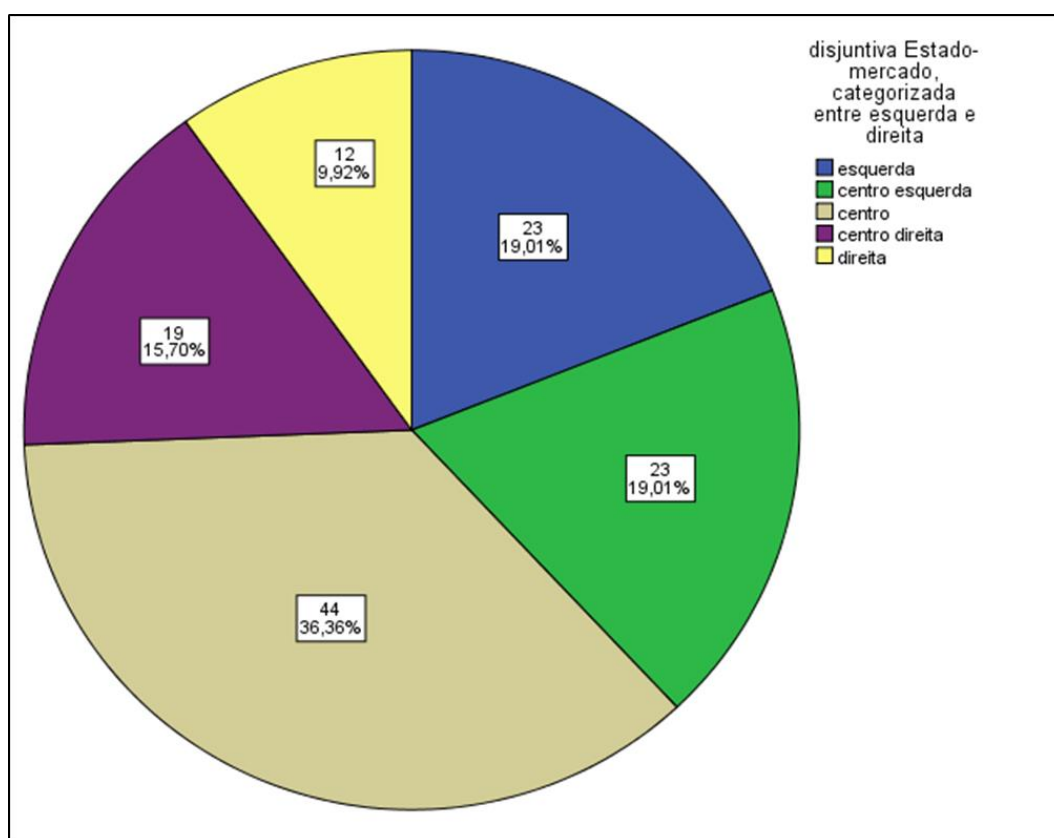
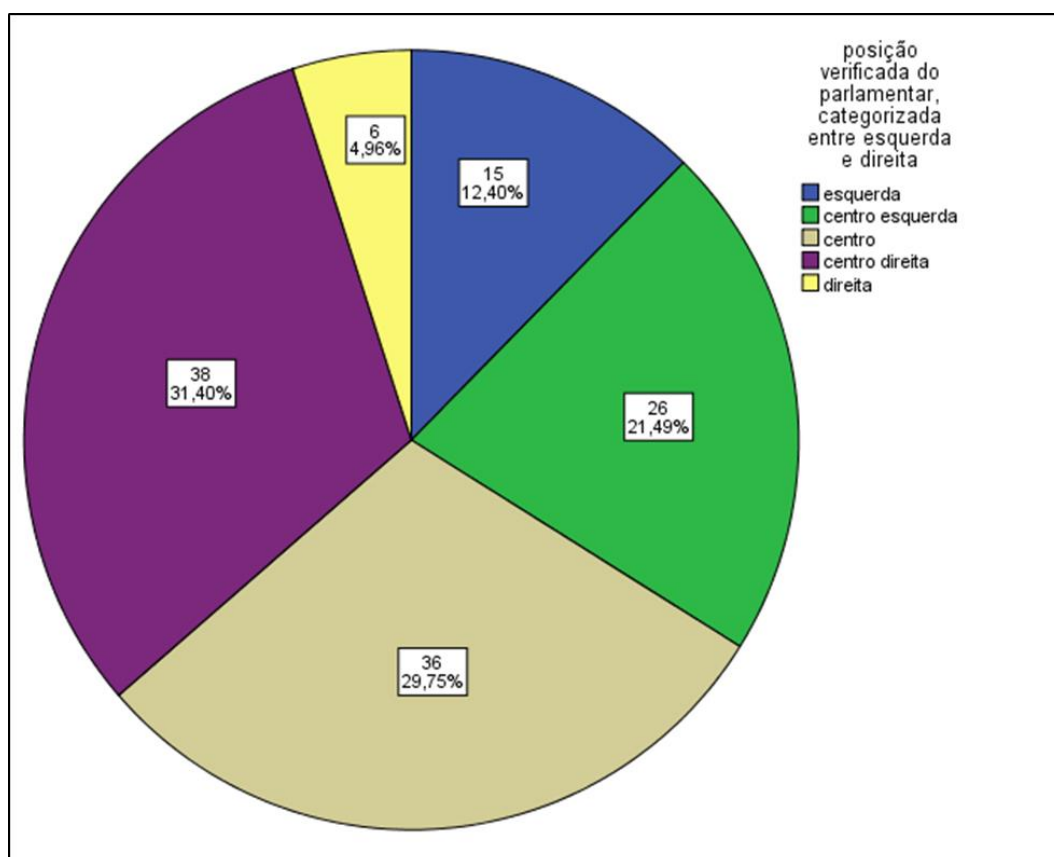


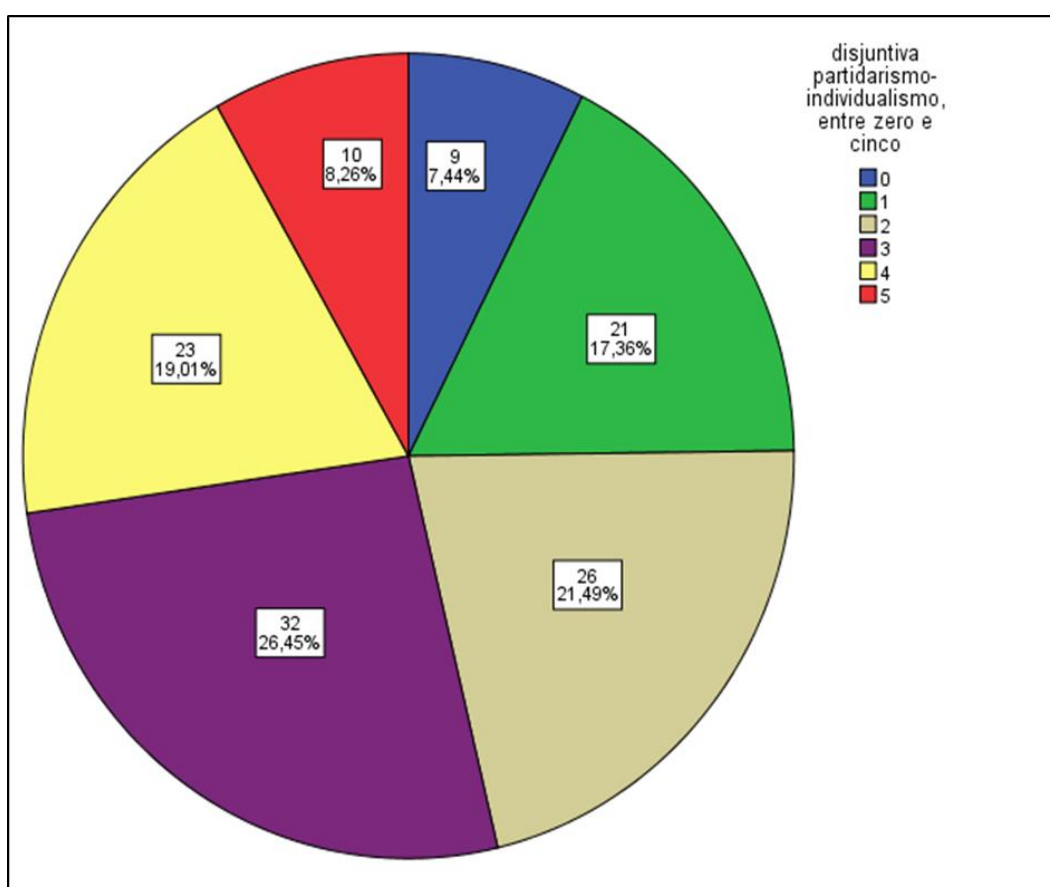
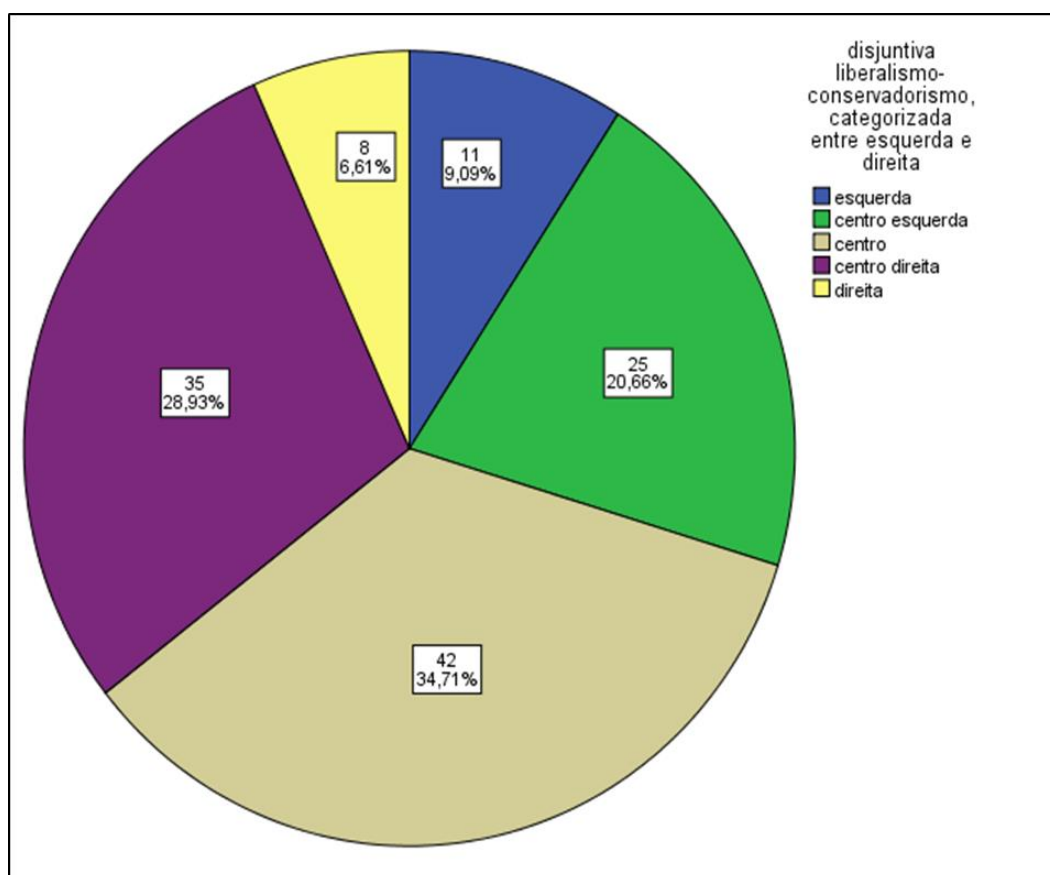












7.3- Tabelas gerais²

Tabela 17a: questões utilizadas e as respostas dos deputados																	
legenda:																	
1= número do questionário																	
2= estado de origem do deputado																	
3= partido do deputado																	
4= questão 64 - posição declarada do parlamentar no espectro ideológico, entre 1 (esquerda) e 10 (direita)																	
5= questão 09 (sistema de representação proporcional)																	
6= questão 11 (financiamento de campanhas)																	
7= questão 22 (disciplina partidária)																	
8= questão 23 (fidelidade partidária)																	
9= questão 25 (conflito de interesses entre estado de origem e partido)																	
10= questão 28 (regulação da economia)																	
11= questão 29 (prestação de serviços públicos)																	
12= questão 30 (controle sobre os recursos naturais)																	
13= questão 70 (pergunta sobre redução da maioridade penal)																	
14= questão 70 (pergunta sobre união civil entre pessoas do mesmo sexo)																	
15= questão 70 (pergunta sobre pena de morte)																	
16= questão 70 (pergunta sobre descriminalização do uso de drogas)																	
17= questão 70 (pergunta sobre proibição da venda de armas de fogo)																	
18= questão 70 (pergunta sobre legalização do aborto)																	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
1 Minas Gerais	PDT	5	1	3	3	1	2	6	8	4	5	5	8	8	6	5	
2 Pernambuco	PCdoB	5	2	5	1	2	2	5	5	5	2	3	10	5	6	3	
3 Rio de Janeiro	PT	3	2	4	1	3	5	2	4	2	10	2	10	7	1	1	
4 Tocantins	PRB	5	2	3	1	2	2	10	6	7	1	5	5	7	5	1	
5 São Paulo	PSD	5	1	2	1	3	2	8	1	1	1	5	3	10	2	8	
7 Minas Gerais	PT	2	3	5	1	2	1	2	4	4	10	1	10	2	2	4	
8 São Paulo	SDD	3	1	4	1	2	2	3	2	2	1	9	6	10	4	10	
10 Rio Grande do Sul	PMDB	4	2	5	1	2	2	6	6	6	4	4	10	7	5	3	
11 Rio de Janeiro	PSDB	4	1	3	1	3	2	6	7	3	6	2	9	5	3	10	
12 Rio de Janeiro	PROS	5	2	3	1	2	2	5	6	4	7	10	10	9	8	10	
13 Rio de Janeiro	PROS	5	1	3	2	1	2	5	8	8	5	1	10	5	4	5	
14 Pará	PT	2	2	5	1	3	1	4	3	2	10	1	10	3	10	1	
15 São Paulo	PR	5	1	2	1	2	2	8	3	3	1	4	10	10	5	10	
16 Pernambuco	PSB	3	1	4	1	3	97	5	7	7	5	7	9	8	3	7	
17 São Paulo	PR	5	1	3	2	3	2	5	1	1	1	1	10	10	10	10	
18 Rio Grande do Sul	DEM	7	1	3	1	3	2	2	9	9	1	6	1	10	10	5	
19 Ceará	PCdoB	2	2	5	1	3	1	1	1	1	10	1	10	10	1	1	
20 Pará	PSC	6	1	1	1	3	2	5	8	1	1	10	10	10	1	10	
21 São Paulo	PSD	6	1	2	2	2	1	5	3	8	1	3	5	7	10	7	
22 Paraná	PSB	4	2	5	2	2	5	3	4	3	3	4	10	9	10	10	
23 São Paulo	PPS	6	2	5	1	2	1	4	4	4	3	5	8	10	10	8	
24 Rio Grande do Sul	PSB	4	1	5	1	3	2	5	3	3	1	1	10	10	1	10	
26 Bahia	PT	1	3	5	1	3	97	3	1	1	10	1	10	3	10	1	
27 Rio Grande do Norte	PP	7	4	2	2	1	2	7	99	99	1	1	98	5	7	5	
28 Piauí	PMDB	10	1	2	1	3	2	5	4	5	2	10	5	3	5	4	
29 Rondônia	PT	3	1	2	2	2	5	3	3	3	9	3	9	6	9	10	
30 Bahia	PT	1	1	5	1	3	5	3	3	3	2	4	9	8	9	9	
31 Paraná	PV	4	1	4	1	3	2	5	5	5	10	1	7	10	1	5	
32 Paraná	PP	7	1	2	2	2	2	7	3	5	1	5	10	10	5	10	
33 Minas Gerais	PP	7	1	5	2	2	2	9	7	2	1	7	10	1	1	5	

² Em relação à tabela 17, relembro a ressalva referente às perguntas sobre redução da maioridade penal (13) e sobre a pena de morte (15), pois os valores referentes a essas perguntas foram invertidos na elaboração da variável referente à disjuntiva liberalismo-conservadorismo, pois a lógica das respostas a essas perguntas (de direita a favor; de esquerda contra) é oposta à lógica das demais perguntas da mesma disjuntiva (de direita contra; de esquerda a favor).

Tabela 17b: questões utilizadas e as respostas dos deputados

legenda:

1= número do questionário

2= estado de origem do deputado

3= partido do deputado

4= questão 64 - posição declarada do parlamentar no espectro ideológico, entre 1 (esquerda) e 10 (direita)

5= questão 09 (sistema de representação proporcional)

6= questão 11 (financiamento de campanhas)

7= questão 22 (disciplina partidária)

8= questão 23 (fidelidade partidária)

9= questão 25 (conflito de interesses entre estado de origem e partido)

10= questão 28 (regulação da economia)

11= questão 29 (prestação de serviços públicos)

12= questão 30 (controle sobre os recursos naturais)

13= questão 70 (pergunta sobre redução da maioria penal)

14= questão 70 (pergunta sobre união civil entre pessoas do mesmo sexo)

15= questão 70 (pergunta sobre pena de morte)

16= questão 70 (pergunta sobre descriminalização do uso de drogas)

17= questão 70 (pergunta sobre proibição da venda de armas de fogo)

18= questão 70 (pergunta sobre legalização do aborto)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
34	Paraná	PMDB	7	1	3	2	2	2	4	5	5	2	3	10	10	2	10
35	Minas Gerais	PMDB	5	4	1	2	2	2	10	8	10	1	10	10	10	10	10
36	Piauí	PT	3	1	5	1	2	5	5	4	4	1	1	4	4	10	6
37	Paraná	PSDB	4	1	3	1	1	2	5	1	5	3	3	10	10	2	10
38	Ceará	PT	4	2	5	1	3	2	2	1	1	10	5	10	10	10	10
39	Sergipe	SDD	7	4	2	2	3	2	10	2	4	1	10	5	10	10	5
40	Goiás	PDT	5	1	5	3	1	5	10	5	5	6	5	5	10	10	10
41	São Paulo	PSDB	6	1	3	1	3	2	8	5	5	3	4	10	6	4	7
42	Bahia	SDD	5	1	1	1	2	2	7	8	10	3	1	10	2	5	2
43	São Paulo	PSDB	4	2	3	1	3	1	7	9	5	4	4	10	7	10	10
44	São Paulo	PSD	5	3	5	2	2	97	5	1	1	5	5	10	10	5	10
45	Mato Grosso	PMDB	2	3	5	1	2	1	7	5	3	8	98	10	10	1	1
46	Pará	DEM	7	1	2	2	3	2	9	7	5	2	10	10	3	8	10
47	Minas Gerais	PTB	5	1	2	3	2	5	7	6	6	4	10	10	10	4	10
48	Rio Grande do Norte	PV	8	1	2	2	2	5	5	1	1	4	4	9	5	10	10
49	Minas Gerais	DEM	6	99	5	2	1	2	5	1	1	1	3	1	1	10	99
50	São Paulo	PT	4	2	3	1	3	1	6	6	6	8	1	10	10	1	4
51	Maranhão	PMDB	7	1	3	1	2	2	9	1	7	1	9	6	10	7	6
52	Rio de Janeiro	PPS	1	1	5	1	3	1	6	5	3	3	1	10	4	1	1
53	Rondônia	PSD	7	1	2	1	2	5	4	4	4	4	8	8	8	10	10
54	Maranhão	PMDB	5	1	2	3	2	5	5	4	3	6	8	8	8	10	10
55	Bahia	PP	4	1	2	1	2	1	4	4	4	3	6	10	8	3	9
56	Santa Catarina	PT	4	1	2	1	3	5	4	4	4	9	8	9	9	3	9
57	Amazonas	PSD	7	1	2	1	2	1	6	6	6	3	7	7	7	3	8
58	Pernambuco	PDT	1	1	5	3	3	5	4	4	1	10	1	10	5	1	5
59	São Paulo	PRB	7	1	4	2	2	2	7	7	6	1	10	6	10	6	10
60	Pernambuco	PT	1	2	5	1	3	1	1	1	1	10	1	10	1	10	4
61	Bahia	PP	5	4	5	3	2	2	10	5	1	1	1	10	10	1	5
62	Espírito Santo	SDD	5	1	3	3	2	2	9	8	5	1	1	1	3	6	10
63	Bahia	PT	5	1	5	3	3	1	1	1	1	10	1	10	1	1	1

Tabela 17c: questões utilizadas e as respostas dos deputados

legenda:

1= número do questionário

2= estado de origem do deputado

3= partido do deputado

4= questão 64 - posição declarada do parlamentar no espectro ideológico, entre 1 (esquerda) e 10 (direita)

5= questão 09 (sistema de representação proporcional)

6= questão 11 (financiamento de campanhas)

7= questão 22 (disciplina partidária)

8= questão 23 (fidelidade partidária)

9= questão 25 (conflito de interesses entre estado de origem e partido)

10= questão 28 (regulação da economia)

11= questão 29 (prestação de serviços públicos)

12= questão 30 (controle sobre os recursos naturais)

13= questão 70 (pergunta sobre redução da maioria penal)

14= questão 70 (pergunta sobre união civil entre pessoas do mesmo sexo)

15= questão 70 (pergunta sobre pena de morte)

16= questão 70 (pergunta sobre descriminalização do uso de drogas)

17= questão 70 (pergunta sobre proibição da venda de armas de fogo)

18= questão 70 (pergunta sobre legalização do aborto)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
64	Santa Catarina	PMDB	2	1	3	1	3	2	10	8	8	1	5	6	8	2	5
65	Rio Grande do Sul	PP	5	1	3	2	2	2	8	3	2	1	99	10	10	4	5
66	Pará	PROS	4	1	5	1	2	2	9	3	3	3	8	10	10	1	10
67	Bahia	PSDB	5	1	2	1	3	2	7	5	5	5	1	10	10	5	10
68	Santa Catarina	PMDB	5	3	5	1	3	5	5	5	5	1	5	10	8	7	8
69	Santa Catarina	PP	4	1	3	1	3	1	7	6	4	1	4	8	3	8	10
70	Paraná	PSDB	8	2	1	1	2	1	10	10	10	8	5	10	99	2	10
71	Bahia	PT	1	3	5	99	3	5	3	10	10	10	1	10	1	1	1
72	Rio de Janeiro	PSB	1	2	5	1	3	5	3	3	2	10	1	10	5	2	8
73	Distrito Federal	PMN	5	1	3	2	2	2	10	5	5	5	5	10	4	4	10
75	Rio de Janeiro	PMDB	4	1	3	2	3	2	8	3	1	3	6	5	10	2	8
76	Santa Catarina	PR	5	1	3	1	2	2	7	5	4	1	5	10	10	1	10
77	Pará	SDD	3	1	5	2	1	2	8	5	5	1	1	10	10	1	10
78	Rio de Janeiro	PMDB	5	1	3	2	2	2	7	5	3	10	2	10	10	10	10
79	Rio de Janeiro	PT	3	2	5	1	2	1	3	1	1	10	1	10	1	1	1
80	Minas Gerais	PT	3	2	5	1	3	2	3	1	1	1	1	5	10	5	5
81	Acre	PP	8	1	3	1	2	2	7	3	7	1	5	10	10	5	10
82	Pará	PTB	5	1	2	2	2	2	10	10	10	1	10	10	10	10	10
83	Pará	PSDB	4	3	2	1	3	2	5	3	7	4	2	10	5	3	1
84	Minas Gerais	DEM	5	1	2	2	2	2	10	5	5	1	10	5	5	10	10
85	Rondônia	PT	3	1	4	1	3	1	5	2	1	10	6	10	10	1	10
86	Goiás	PSD	6	1	3	1	2	2	8	7	7	4	4	10	8	10	9
87	Rio Grande do Sul	PCdoB	1	2	5	1	1	1	1	1	1	10	1	10	6	10	6
88	São Paulo	PSD	4	1	5	2	2	2	8	10	10	10	1	10	10	7	1
89	São Paulo	PROS	5	1	3	1	2	2	8	7	4	5	10	10	7	1	10
90	São Paulo	PT	2	2	5	3	3	5	1	1	1	10	1	10	4	1	1
91	Goiás	PR	8	1	2	1	1	99	10	10	10	1	9	5	10	9	5
92	Rio Grande do Norte	DEM	8	2	3	2	2	2	7	7	5	3	1	10	10	5	7
93	Santa Catarina	PT	3	1	3	3	3	1	4	4	3	10	1	10	10	1	10
94	São Paulo	PT	1	2	3	1	3	1	2	1	1	10	1	10	1	1	1

Tabela 17d: questões utilizadas e as respostas dos deputados

legenda:

1= número do questionário

2= estado de origem do deputado

3= partido do deputado

4= questão 64 - posição declarada do parlamentar no espectro ideológico, entre 1 (esquerda) e 10 (direita)

5= questão 09 (sistema de representação proporcional)

6= questão 11 (financiamento de campanhas)

7= questão 22 (disciplina partidária)

8= questão 23 (fidelidade partidária)

9= questão 25 (conflito de interesses entre estado de origem e partido)

10= questão 28 (regulação da economia)

11= questão 29 (prestação de serviços públicos)

12= questão 30 (controle sobre os recursos naturais)

13= questão 70 (pergunta sobre redução da maioria penal)

14= questão 70 (pergunta sobre união civil entre pessoas do mesmo sexo)

15= questão 70 (pergunta sobre pena de morte)

16= questão 70 (pergunta sobre descriminalização do uso de drogas)

17= questão 70 (pergunta sobre proibição da venda de armas de fogo)

18= questão 70 (pergunta sobre legalização do aborto)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
95	Sergipe	PT	3	3	5	3	3	5	3	3	2	10	1	10	2	10	10
96	Pernambuco	PSC	3	1	1	1	1	2	10	10	10	10	1	10	5	10	10
97	Minas Gerais	PSDB	5	3	3	2	2	1	10	5	5	7	7	10	10	10	10
98	Rio de Janeiro	PT	4	2	5	3	3	5	1	1	1	10	1	10	99	1	10
99	Ceará	PDT	4	2	5	1	3	97	3	3	1	8	7	10	5	4	8
100	São Paulo	PTB	4	1	1	2	2	2	6	4	7	1	5	1	10	1	10
101	Minas Gerais	PR	5	1	3	1	2	1	8	5	3	1	5	3	10	5	3
102	Sergipe	PT	3	3	5	1	3	5	2	99	99	7	1	10	1	10	1
103	São Paulo	PMDB	5	1	5	1	3	2	6	6	6	10	5	10	5	5	5
104	Rio de Janeiro	PROS	6	2	3	2	2	2	99	7	7	4	7	10	10	3	10
105	Bahia	DEM	7	1	1	1	2	1	9	8	8	3	5	8	10	9	3
106	Roraima	PRB	7	4	5	2	2	2	8	9	8	2	10	1	9	1	9
107	Rio de Janeiro	PSOL	4	2	5	1	3	5	3	3	3	8	1	10	8	8	4
108	Minas Gerais	PP	7	3	3	1	2	2	10	5	1	1	99	7	10	5	5
109	Pernambuco	SDD	6	3	5	1	3	2	8	3	5	1	4	8	10	5	7
110	Ceará	PMDB	3	1	1	1	2	5	5	5	5	1	2	10	6	5	3
111	São Paulo	PSD	5	1	2	2	2	2	7	7	7	1	1	10	10	10	10
112	Rio Grande do Sul	PMDB	5	4	5	1	2	2	6	6	6	10	10	10	10	5	10
114	Minas Gerais	PR	5	1	3	3	3	2	7	8	7	1	1	10	10	10	10
115	Minas Gerais	PSD	5	1	4	2	2	2	5	1	1	5	5	10	10	5	10
116	Minas Gerais	PSDB	5	2	5	1	3	5	5	5	5	10	1	10	4	10	4
117	Bahia	PDT	3	1	2	3	1	1	3	3	4	3	3	9	9	9	9
118	Rio Grande do Sul	PSDB	7	2	3	3	2	5	6	4	9	4	4	9	9	4	4
119	Amapá	DEM	6	1	2	3	2	2	10	10	1	1	99	99	99	10	99
121	São Paulo	PSB	4	99	3	1	3	2	5	3	3	5	5	10	7	5	10
122	São Paulo	PSB	5	3	3	2	99	5	3	4	3	1	99	5	5	5	5
123	Minas Gerais	PMDB	4	2	4	1	3	1	3	3	8	9	1	10	4	1	2
124	Paraná	PSC	7	1	5	2	3	1	10	10	10	1	10	10	10	5	10
125	Bahia	PSD	5	3	5	2	2	2	8	7	7	4	8	8	5	5	5
126	Alagoas	PTdoB	4	1	3	3	3	2	5	98	1	8	10	10	10	1	10
128	Santa Catarina	PSD	8	3	5	1	3	2	8	10	8	1	10	10	10	10	10

Tabela 18a: variáveis criadas e os valores obtidos por cada deputados														
legenda:														
1= número do questionário														
2= estado de origem do deputado														
3= partido do deputado														
4= posição declarada do parlamentar no espectro ideológico, entre 1 (esquerda) e 10 (direita)														
5= posição declarada do parlamentar no espectro ideológico, categorizada entre esquerda e direita														
6= média obtida com as questões referentes à disjuntiva Estado-mercado (28, 29 e 30)														
7= valor referente à disjuntiva Estado-mercado, entre 1 (pró-Estado) e 5 (pró-mercado)														
8= média obtida com as perguntas referentes à disjuntiva liberalismo-conservadorismo (questão 70)														
9= valor referente à disjuntiva liberalismo-conservadorismo, entre 1 (liberal) e 5 (conservador)														
10= valor referente à disjuntiva partidarismo-individualismo, entre 0 (partidarista) e 5 (individualista)														
11= média obtida com os três valores referentes às três disjuntivas														
12= posição verificada do deputado, categorizada entre esquerda e direita														
13= posição verificada à esquerda da posição declarada														
14= posição verificada à direita da posição declarada														
15= posição verificada idêntica à posição declarada														
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1	Minas Gerais	PDT	5	centro	6	3	5,5	3	4	3,33	centro direita	não	sim	não
2	Pernambuco	PCdoB	5	centro	5	3	4,5	2	2	2,33	centro esquerda	sim	não	não
3	Rio de Janeiro	PT	3	centro esquerda	2,67	1	2,17	1	1	1	esquerda	sim	não	não
4	Tocantins	PRB	5	centro	7,67	4	5,67	3	2	3	centro	não	não	sim
5	São Paulo	PSD	5	centro	3,33	2	7,17	4	3	3	centro	não	não	sim
7	Minas Gerais	PT	2	esquerda	3,33	2	1,83	1	1	1,33	esquerda	não	não	sim
8	São Paulo	SDD	3	centro esquerda	2,33	1	8	4	3	2,67	centro	não	sim	não
10	Rio Grande do Sul	PMDB	4	centro esquerda	6	3	4,5	2	2	2,33	centro esquerda	não	não	sim
11	Rio de Janeiro	PSDB	4	centro esquerda	5,33	3	4,5	2	2	2,33	centro esquerda	não	não	sim
12	Rio de Janeiro	PROS	5	centro	5	3	7	4	2	3	centro	não	não	sim
13	Rio de Janeiro	PROS	5	centro	7	4	3,67	2	4	3,33	centro direita	não	sim	não
14	Pará	PT	2	esquerda	3	2	2,83	2	0	1,33	esquerda	não	não	sim
15	São Paulo	PR	5	centro	4,67	3	6,67	4	4	3,67	centro direita	não	sim	não
16	Pernambuco	PSB	3	centro esquerda	6,33	3	5,5	3	1	2,33	centro esquerda	não	não	sim
17	São Paulo	PR	5	centro	2,33	1	7	4	3	2,67	centro	não	não	sim
18	Rio Grande do Sul	DEM	7	centro direita	6,67	4	8,5	5	2	3,67	centro direita	não	não	sim
19	Ceará	PCdoB	2	esquerda	1	1	2,5	1	0	0,67	esquerda	não	não	sim
20	Pará	PSC	6	centro	4,67	3	7	4	3	3,33	centro direita	não	sim	não
21	São Paulo	PSD	6	centro	5,33	3	7,17	4	4	3,67	centro direita	não	sim	não
22	Paraná	PSB	4	centro esquerda	3,33	2	7	4	3	3	centro	não	sim	não
23	São Paulo	PPS	6	centro	4	2	7,33	4	1	2,33	centro esquerda	sim	não	não
24	Rio Grande do Sul	PSB	4	centro esquerda	3,67	2	5,5	3	2	2,33	centro esquerda	não	não	sim
26	Bahia	PT	1	esquerda	1,67	1	2,83	2	0	1	esquerda	não	não	sim
27	Rio Grande do Norte	PP	7	centro direita	7	4	5,6	3	4	3,67	centro direita	não	não	sim
28	Piauí	PMDB	10	direita	4,67	3	6,17	3	3	3	centro	sim	não	não
29	Rondônia	PT	3	centro esquerda	3	2	5,33	3	5	3,33	centro direita	não	sim	não
30	Bahia	PT	1	esquerda	3	2	6,83	4	2	2,67	centro	não	sim	não
31	Paraná	PV	4	centro esquerda	5	3	3,67	2	2	2,33	centro esquerda	não	não	sim
32	Paraná	PP	7	centro direita	5	3	6,83	4	5	4	centro direita	não	não	sim
33	Minas Gerais	PP	7	centro direita	6	3	4,17	2	4	3	centro	sim	não	não

Tabela 18b: variáveis criadas e os valores obtidos por cada deputados														
legenda:														
1= número do questionário														
2= estado de origem do deputado														
3= partido do deputado														
4= posição declarada do parlamentar no espectro ideológico, entre 1 (esquerda) e 10 (direita)														
5= posição declarada do parlamentar no espectro ideológico, categorizada entre esquerda e direita														
6= média obtida com as questões referentes à disjuntiva Estado-mercado (28, 29 e 30)														
7= valor referente à disjuntiva Estado-mercado, entre 1 (pró-Estado) e 5 (pró-mercado)														
8= média obtida com as perguntas referentes à disjuntiva liberalismo-conservadorismo (questão 70)														
9= valor referente à disjuntiva liberalismo-conservadorismo, entre 1 (liberal) e 5 (conservador)														
10= valor referente à disjuntiva partidarismo-individualismo, entre 0 (partidarista) e 5 (individualista)														
11= média obtida com os três valores referentes às três disjuntivas														
12= posição verificada do deputado, categorizada entre esquerda e direita														
13= posição verificada à esquerda da posição declarada														
14= posição verificada à direita da declarada														
15= posição verificada idêntica à posição declarada														
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
34	Paraná	PMDB	7	centro direita	4,67	3	5,83	3	4	3,33	centro direita	não	não	sim
35	Minas Gerais	PMDB	5	centro	9,33	5	8,5	5	4	4,67	direita	não	sim	não
36	Piauí	PT	3	centro esquerda	4,33	2	6,33	3	3	2,67	centro	não	sim	não
37	Paraná	PSDB	4	centro esquerda	3,67	2	5,67	3	3	2,67	centro	não	sim	não
38	Ceará	PT	4	centro esquerda	1,33	1	6,17	3	1	1,67	centro esquerda	não	não	sim
39	Sergipe	SDD	7	centro direita	5,33	3	8,5	5	3	3,67	centro direita	não	não	sim
40	Goiás	PDT	5	centro	6,67	4	7,67	4	4	4	centro direita	não	sim	não
41	São Paulo	PSDB	6	centro	6	3	5	3	2	2,67	centro	não	não	sim
42	Bahia	SDD	5	centro	8,33	5	3,17	2	4	3,67	centro direita	não	sim	não
43	São Paulo	PSDB	4	centro esquerda	7	4	6,5	4	0	2,67	centro	não	sim	não
44	São Paulo	PSD	5	centro	2,33	1	6,17	3	2	2	centro esquerda	sim	não	não
45	Mato Grosso	PMDB	2	esquerda	5	3	3,2	2	1	2	centro esquerda	não	sim	não
46	Pará	DEM	7	centro direita	7	4	6,83	4	4	4	centro direita	não	não	sim
47	Minas Gerais	PTB	5	centro	6,33	3	7	4	5	4	centro direita	não	sim	não
48	Rio Grande do Norte	PV	8	centro direita	2,33	1	6,33	3	5	3	centro	sim	não	não
49	Minas Gerais	DEM	6	centro	2,33	1	6,8	4	3	2,67	centro	não	não	sim
50	São Paulo	PT	4	centro esquerda	6	3	3,33	2	0	1,67	centro esquerda	não	não	sim
51	Maranhão	PMDB	7	centro direita	5,67	3	7,83	4	3	3,33	centro direita	não	não	sim
52	Rio de Janeiro	PPS	1	esquerda	4,67	3	2,67	1	1	1,67	centro esquerda	não	sim	não
53	Rondônia	PSD	7	centro direita	4	2	7,67	4	4	3,33	centro direita	não	não	sim
54	Maranhão	PMDB	5	centro	4	2	7,33	4	5	3,67	centro direita	não	sim	não
55	Bahia	PP	4	centro esquerda	4	2	5,83	3	3	2,67	centro	não	sim	não
56	Santa Catarina	PT	4	centro esquerda	4	2	5,5	3	3	2,67	centro	não	sim	não
57	Amazonas	PSD	7	centro direita	6	3	6,17	3	3	3	centro	sim	não	não
58	Pernambuco	PDT	1	esquerda	3	2	2,33	1	3	2	centro esquerda	não	sim	não
59	São Paulo	PRB	7	centro direita	6,67	4	8,5	5	4	4,33	direita	não	sim	não
60	Pernambuco	PT	1	esquerda	1	1	3	2	0	1	esquerda	não	não	sim
61	Bahia	PP	5	centro	5,33	3	4,67	3	3	3	centro	não	não	sim
62	Espírito Santo	SDD	5	centro	7,33	4	6,67	4	4	4	centro direita	não	sim	não
63	Bahia	PT	5	centro	1	1	1	1	2	1,33	esquerda	sim	não	não

Tabela 18c: variáveis criadas e os valores obtidos por cada deputados														
legenda:														
1= número do questionário														
2= estado de origem do deputado														
3= partido do deputado														
4= posição declarada do parlamentar no espectro ideológico, entre 1 (esquerda) e 10 (direita)														
5= posição declarada do parlamentar no espectro ideológico, categorizada entre esquerda e direita														
6= média obtida com as questões referentes à disjuntiva Estado-mercado (28, 29 e 30)														
7= valor referente à disjuntiva Estado-mercado, entre 1 (pró-Estado) e 5 (pró-mercado)														
8= média obtida com as perguntas referentes à disjuntiva liberalismo-conservadorismo (questão 70)														
9= valor referente à disjuntiva liberalismo-conservadorismo, entre 1 (liberal) e 5 (conservador)														
10= valor referente à disjuntiva partidarismo-individualismo, entre 0 (partidarista) e 5 (individualista)														
11= média obtida com os três valores referentes às três disjuntivas														
12= posição verificada do deputado, categorizada entre esquerda e direita														
13= posição verificada à esquerda da posição declarada														
14= posição verificada à direita da declarada														
15= posição verificada idêntica à posição declarada														
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
64	Santa Catarina	PMDB	2	esquerda	8,67	5	5,83	3	2	3,33	centro direita	não	sim	não
65	Rio Grande do Sul	PP	5	centro	4,33	2	6	3	4	3	centro	não	não	sim
66	Pará	PROS	4	centro esquerda	5	3	6,33	3	3	3	centro	não	sim	não
67	Bahia	PSDB	5	centro	5,67	3	5,5	3	3	3	centro	não	não	sim
68	Santa Catarina	PMDB	5	centro	5	3	6,5	4	1	2,67	centro	não	não	sim
69	Santa Catarina	PP	4	centro esquerda	5,67	3	6,33	3	1	2,33	centro esquerda	não	não	sim
70	Paraná	PSDB	8	centro direita	10	5	4,2	2	2	3	centro	sim	não	não
71	Bahia	PT	1	esquerda	7,67	4	1	1	1	2	centro esquerda	não	sim	não
72	Rio de Janeiro	PSB	1	esquerda	2,67	1	3	2	1	1,33	esquerda	não	não	sim
73	Distrito Federal	PMN	5	centro	6,67	4	5	3	4	3,67	centro direita	não	sim	não
75	Rio de Janeiro	PMDB	4	centro esquerda	4	2	6,67	4	3	3	centro	não	sim	não
76	Santa Catarina	PR	5	centro	5,33	3	6,17	3	3	3	centro	não	não	sim
77	Pará	SDD	3	centro esquerda	6	3	5,5	3	4	3,33	centro direita	não	sim	não
78	Rio de Janeiro	PMDB	5	centro	5	3	5,67	3	4	3,33	centro direita	não	sim	não
79	Rio de Janeiro	PT	3	centro esquerda	1,67	1	1	1	1	1	esquerda	sim	não	não
80	Minas Gerais	PT	3	centro esquerda	1,67	1	6,17	3	1	1,67	centro esquerda	não	não	sim
81	Acre	PP	8	centro direita	5,67	3	6,83	4	3	3,33	centro direita	não	não	sim
82	Pará	PTB	5	centro	10	5	8,5	5	5	5	direita	não	sim	não
83	Pará	PSDB	4	centro esquerda	5	3	3,17	2	2	2,33	centro esquerda	não	não	sim
84	Minas Gerais	DEM	5	centro	6,67	4	8,5	5	5	4,67	direita	não	sim	não
85	Rondônia	PT	3	centro esquerda	2,67	1	4,83	3	1	1,67	centro esquerda	não	não	sim
86	Goiás	PSD	6	centro	7,33	4	6,5	4	3	3,67	centro direita	não	sim	não
87	Rio Grande do Sul	PCdoB	1	esquerda	1	1	4,17	2	1	1,33	esquerda	não	não	sim
88	São Paulo	PSD	4	centro esquerda	9,33	5	3,5	2	4	3,67	centro direita	não	sim	não
89	São Paulo	PROS	5	centro	6,33	3	5,83	3	3	3	centro	não	não	sim
90	São Paulo	PT	2	esquerda	1	1	1,5	1	2	1,33	esquerda	não	não	sim
91	Goiás	PR	8	centro direita	10	5	8,17	4	3	4	centro direita	não	não	sim
92	Rio Grande do Norte	DEM	8	centro direita	6,33	3	5,33	3	3	3	centro	sim	não	não
93	Santa Catarina	PT	3	centro esquerda	3,67	2	4	2	2	2	centro esquerda	não	não	sim
94	São Paulo	PT	1	esquerda	1,33	1	1	1	0	0,67	esquerda	não	não	sim

Tabela 18d: variáveis criadas e os valores obtidos por cada deputados														
legenda:														
1= número do questionário														
2= estado de origem do deputado														
3= partido do deputado														
4= posição declarada do parlamentar no espectro ideológico, entre 1 (esquerda) e 10 (direita)														
5= posição declarada do parlamentar no espectro ideológico, categorizada entre esquerda e direita														
6= média obtida com as questões referentes à disjuntiva Estado-mercado (28, 29 e 30)														
7= valor referente à disjuntiva Estado-mercado, entre 1 (pró-Estado) e 5 (pró-mercado)														
8= média obtida com as perguntas referentes à disjuntiva liberalismo-conservadorismo (questão 70)														
9= valor referente à disjuntiva liberalismo-conservadorismo, entre 1 (liberal) e 5 (conservador)														
10= valor referente à disjuntiva partidarismo-individualismo, entre 0 (partidarista) e 5 (individualista)														
11= média obtida com os três valores referentes às três disjuntivas														
12= posição verificada do deputado, categorizada entre esquerda e direita														
13= posição verificada à esquerda da posição declarada														
14= posição verificada à direita da declarada														
15= posição verificada idêntica à posição declarada														
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
95	Sergipe	PT	3	centro esquerda	2,67	1	4,17	2	2	1,67	centro esquerda	não	não	sim
96	Pernambuco	PSC	3	centro esquerda	10	5	4,67	3	4	4	centro direita	não	sim	não
97	Minas Gerais	PSDB	5	centro	6,67	4	7	4	2	3,33	centro direita	não	sim	não
98	Rio de Janeiro	PT	4	centro esquerda	1	1	2,8	2	2	1,67	centro esquerda	não	não	sim
99	Ceará	PDT	4	centro esquerda	2,33	1	4,67	3	0	1,33	esquerda	sim	não	não
100	São Paulo	PTB	4	centro esquerda	5,67	3	7,67	4	5	4	centro direita	não	sim	não
101	Minas Gerais	PR	5	centro	5,33	3	6,83	4	2	3	centro	não	não	sim
102	Sergipe	PT	3	centro esquerda	2	1	3	2	1	1,33	esquerda	sim	não	não
103	São Paulo	PMDB	5	centro	6	3	3,67	2	2	2,33	centro esquerda	sim	não	não
104	Rio de Janeiro	PROS	6	centro	7	4	6,33	3	3	3,33	centro direita	não	sim	não
105	Bahia	DEM	7	centro direita	8,33	5	6,33	3	3	3,67	centro direita	não	não	sim
106	Roraima	PRB	7	centro direita	8,33	5	8	4	3	4	centro direita	não	não	sim
107	Rio de Janeiro	PSOL	4	centro esquerda	3	2	4,17	2	1	1,67	centro esquerda	não	não	sim
108	Minas Gerais	PP	7	centro direita	5,33	3	6,8	4	2	3	centro	sim	não	não
109	Pernambuco	SDD	6	centro	5,33	3	6,5	4	1	2,67	centro	não	não	sim
110	Ceará	PMDB	3	centro esquerda	5	3	4,5	2	4	3	centro	não	sim	não
111	São Paulo	PSD	5	centro	7	4	7	4	5	4,33	direita	não	sim	não
112	Rio Grande do Sul	PMDB	5	centro	6	3	6,17	3	2	2,67	centro	não	não	sim
114	Minas Gerais	PR	5	centro	7,33	4	7	4	3	3,67	centro direita	não	sim	não
115	Minas Gerais	PSD	5	centro	2,33	1	6,17	3	4	2,67	centro	não	não	sim
116	Minas Gerais	PSDB	5	centro	5	3	3,5	2	1	2	centro esquerda	sim	não	não
117	Bahia	PDT	3	centro esquerda	3,33	2	6,67	4	4	3,33	centro direita	não	sim	não
118	Rio Grande do Sul	PSDB	7	centro direita	6,33	3	5	3	3	3	centro	sim	não	não
119	Amapá	DEM	6	centro	7	4	10	5	5	4,67	direita	não	sim	não
121	São Paulo	PSB	4	centro esquerda	3,67	2	5,67	3	1	2	centro esquerda	não	não	sim
122	São Paulo	PSB	5	centro	3,33	2	6,2	3	2	2,33	centro esquerda	sim	não	não
123	Minas Gerais	PMDB	4	centro esquerda	4,67	3	1,83	1	0	1,33	esquerda	sim	não	não
124	Paraná	PSC	7	centro direita	10	5	7,67	4	2	3,67	centro direita	não	não	sim
125	Bahia	PSD	5	centro	7,33	4	5,5	3	3	3,33	centro direita	não	sim	não
126	Alagoas	PTdoB	4	centro esquerda	3	2	5,83	3	3	2,67	centro	não	sim	não
128	Santa Catarina	PSD	8	centro direita	8,67	5	8,5	5	1	3,67	centro direita	não	não	sim